

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



O Encolhimento Urbano e as Políticas de Cidade: o caso de Tomar

Tiago José Rodrigues Rei

Dissertação de Mestrado orientada
pelo Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialidade em
Ordenamento do Território e Urbanismo

2018

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



O Encolhimento Urbano e as Políticas de Cidade: o caso de Tomar

Tiago José Rodrigues Rei

Dissertação de Mestrado orientada
pelo Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques

Júri:

Presidente: Professor Doutor Mário Adriano Ferreiro do Vale do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Professora Doutora Margarida Angélica Pires Pereira Esteves da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
- Professor Doutor Eduardo Manuel Dias Brito Henriques do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

2018

Às minhas avós, Maria Paulos Antunes e Palmira Godinho Ribeiro.

AGRADECIMENTOS

Pela pronta receptividade que demonstrou, começo por agradecer ao Prof. Doutor Eduardo Brito-Henriques. A partilha de conhecimentos, as sugestões e correcções, e por me ensinar que efetivamente aprendemos com os erros; obrigado por ter contribuído para a exequibilidade deste trabalho.

Aos meus pais, que me possibilitaram estudar e cumprir os objetivos. Tenho a agradecer e devo valorizar todo o vosso esforço nestes anos, todo o amor e carinho dado, a confiança e apoio transmitidos, e espero, sempre, continuar a fazer de vocês orgulhosos do filho que têm.

À Ana, pela total disponibilidade e paciência em ouvir as minhas ideias e lamentos, na partilha do seu conhecimento e por nunca ter desistido de acreditar em mim. Obrigado por seres a minha companheira em todos os momentos.

Aos meus amigos que, ao longo destes anos, estiveram a meu lado e procuraram motivar-me, proporcionando bons momentos que ajudaram a distrair da rotina.

À minha família, por terem sempre demonstrado interesse nos meus sucessos e desejarem sempre o melhor para mim.

À Professora Clara Rocha que, sem eu saber na altura, incutia em mim um gosto maior do que eu pensava ter pela Geografia.

Por último, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente possibilitaram realizar o meu trabalho de campo em Tomar, e colaboraram na realização desta dissertação.

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo conhecer as diversas posições dos intervenientes locais em relação às políticas de cidade e às medidas preconizadas pelo poder local em face do encolhimento urbano.

O trabalho foi desenvolvido à escala local, neste caso a cidade de Tomar. Porém, a análise dos documentos políticos abarca vários recortes territoriais, tais como o comunitário, nacional e regional, de modo a compreender melhor a implementação das políticas urbanas.

A cidade de Tomar foi escolhida como estudo de caso por apresentar uma evolução demográfica negativa, mas também pelo processo de desindustrialização vivido nas últimas décadas, apresentando assim razões para merecer ser estudada no contexto de cidade em encolhimento. Também se procurou dar importância a cidades localizadas fora da faixa litoral demonstrando preocupação pelas questões das desigualdades territoriais.

Embora não haja uma consciência clara do encolhimento urbano como fenómeno estrutural por parte dos intervenientes locais, a pesquisa desenvolvida mostra que é reconhecido pela população que a cidade tem vindo a perder dinamismo demográfico e económico. A prioridade dos intervenientes políticos continua a ser a inversão da perda económica e demográfica. A atração de investimento prevalece como única visão para retomar a evolução positiva na cidade.

Apesar das medidas que visam investir para combater as desigualdades territoriais, já existem medidas que “aceitam” o encolhimento urbano. Algumas entidades vêem oportunidades neste processo sendo possível repensar a cidade e aumentar a qualidade de vida. Porém, ainda não há uma cultura política local de “aceitação” das oportunidades criadas pelo encolhimento urbano, sendo um espelho das políticas urbanas em Portugal que continuam focadas no crescimento e reversão das tendências de encolhimento.

Palavras-chave: encolhimento urbano, políticas de cidade, Tomar.

Abstract

This master's thesis objective is to know the different positions of local stakeholders related to urban policies and measures advocated by local power face to urban shrinkage.

The work was developed in local scale, in this case was the town of Tomar, although the analysis of political documents were in other scales such as European, national and regional, in order to better understand the implementation of urban policies.

The town of Tomar was chosen as case study for presenting a negative demographic evolution and also for the deindustrialization process lived during last decades, showing the necessary reasons to study the shrinkage process in this place. We also wanted to give importance do towns that locate outside the coastline area showing concern about the territorial inequalities.

Although there is no clear conscience about urban shrinkage as structural phenomenon by the local stakeholders, the research shows that is recognized by the population the loss of demographic and economic dynamism by the town. The priority of local political stakeholders continues to be the inversion of economic and demographic loss. The attraction of investment prevails as the only possible way to return to a positive evolution in the town.

Despite the measures aimed at investing to fight territorial inequalities, it is possible to find measures that “accept” the urban shrinkage. Some stakeholders find opportunities in this urban process by rethinking and increasing the quality of life in this town. However, there is not a local political culture of “acceptance” of the opportunities generated by urban shrinkage, which is a mirror of the Portuguese urban policies that still focus on growth and reversion of shrinkage trends.

Key Words: urban shrinkage, urban policies, Tomar.

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento Teórico	4
1.1. Cidade em Encolhimento	4
1.2. O encolhimento urbano como fenómeno estrutural	5
1.2.1. As causas do encolhimento urbano	7
1.2.2. Os efeitos do encolhimento urbano	13
1.2.2.1. Efeitos negativos	15
1.2.2.2. Efeitos positivos	17
II. Políticas de Cidade	19
2.1. Políticas urbanas para a cidade em encolhimento	19
2.2. O encolhimento urbano nas políticas urbanas da União Europeia	26
2.3. O encolhimento urbano nas políticas urbanas em Portugal	28
2.3.1. De nível nacional	28
2.3.2. De nível regional	29
2.3.3. De nível local	33
III. O Encolhimento Urbano na Cidade de Tomar	33
3.1. Evolução histórica da cidade de Tomar	35
3.2. Sinais de encolhimento urbano na cidade de Tomar	41
3.3. Causas do encolhimento urbano na cidade de Tomar	47
IV. A Posição dos Atores Locais da Cidade de Tomar	55
4.1. Como interpretam o encolhimento urbano?	57
4.2. Como avaliam as políticas e medidas de desenvolvimento?	64
4.3. Quais são as expetativas para o futuro?	70
4.4. Que medidas deverão ser preconizadas em Tomar?	73
Conclusão	78
Bibliografia	80
Anexos	85

Índice de Figuras

Figura 1 – Localização do concelho de Tomar na NUTS II Centro e na NUTS III Médio Tejo.	35
Figura 2 – Limites do concelho de Tomar, das freguesias e da cidade.	36
Figura 3 – Morfologia de Tomar à época do Infante D. Henrique.	38
Figura 4 – Planta do Plano de Urbanização de Tomar de 1942.	39
Figura 5 – Limites da cidade de Tomar nos anos de 1991 e 2011.	42
Figura 6 – Saldo migratório no concelho de Tomar entre 1991 e 2016.	53

Índice de Quadros

Quadro 1 – Causas do encolhimento urbano.	11
Quadro 2 – Efeitos negativos do encolhimento urbano.	15
Quadro 3 – Efeitos positivos do encolhimento urbano.....	17
Quadro 4 – Tipos de orientações nas políticas urbanas.....	22
Quadro 5 – Intervenientes de Tomar entrevistados no trabalho de campo por tipo de entidades.....	56

Índice de Tabelas

Tabela 1 – População residente, densidade demográfica (hab./km ²) e taxa de variação da população, na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.	43
Tabela 2 – Número e percentagem de alojamentos totais e por tipo de alojamento na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.	45
Tabela 3 – Variação do número de alojamentos por tipo na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.....	46
Tabela 4 – Número e variação das empresas na União de Freguesias de Tomar, nos anos de 2005 e 2015.	48
Tabela 5 – Número e variação do pessoal ao serviço na União de Freguesias de Tomar, nos anos de 2005 e 2015.	48
Tabela 6 – Número e variação das empresas no concelho de Tomar, de 1985 a 2015.	48
Tabela 7 – Número e variação do pessoal ao serviço no concelho de Tomar, de 1985 a 2015.	48
Tabela 8 – População residente empregada no sector secundário na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.....	49
Tabela 9 – Taxa de desemprego na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.	50
Tabela 10 – Índice de envelhecimento na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.....	51
Tabela 11 – Taxa de natalidade na União das Freguesias de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 2001 e 2011.	51
Tabela 12 – Taxa de nupcialidade no concelho de Tomar, nos anos de 1995, 2001, 2011 e 2016.....	52
Tabela 13 – Idade média da mãe no primeiro filho no concelho de Tomar, nos anos de 1995, 2001, 2011 e 2016.	52
Tabela 14 – Variação da população em idade ativa na cidade de Tomar e no Concelho de Tomar entre 1991 e 2011.....	54

Introdução

Devido a um mundo cada vez mais globalizado, diversos académicos começam a analisar a cidade em encolhimento para além da perda demográfica, incorporando nos seus estudos a redução da oferta de postos de trabalho, os problemas sociais e a quebra económica por falta de investimento (Grossmann, Bontje, Haase, Mykhnenko, 2013; Martinez-Fernandez et al., 2012; Reckien, Martinez-Fernandez, 2011).

É necessário entender em que consiste o conceito de “cidade em encolhimento”, desde a sua origem na expressão alemã *schrumpfende Städte*, referido por Häußermann e Seibel (1988), até às mais recentes polémicas e mal-entendidos, especialmente no momento de traduzir o conceito *shrinking city* ou estudar o processo urbano nele inerente. Torna-se assim necessário abordar profundamente este conceito que é igualmente afetado pelo *taboo* político, cuja insistência em alcançar o crescimento urbano não tem, até ao momento, obtido grandes resultados.

O encolhimento urbano foi até há pouco tempo visto como uma fase atípica no percurso de crescimento da cidade. Porém, Haase et al. (2013b) apontam ser um fenómeno estrutural e cada vez mais global, ainda que não possua uma característica única, dado que varia consoante as especificidades do local.

Alguns autores referem a necessidade de se evoluir para políticas que saibam aceitar e tirar partido do encolhimento urbano. O objetivo desta tese é investigar se em Portugal as forças locais estão conscientes do encolhimento urbano, como o entendem e explicam, e que políticas preconizam para responder a esta situação. Portanto, não é uma dissertação sobre as causas do encolhimento, nem sobre a magnitude do envelhecimento, mas sobre as representações sociais do encolhimento urbano e das políticas correspondentes. Acredita-se que isto pode ajudar a construir soluções futuras baseadas em processos de planeamento mais participados e mais ajustados à realidade.

Também se deseja conhecer entre quais intervenientes e quais temáticas ocorrem as maiores discrepâncias de opiniões e avaliações, para assim demonstrar os interesses evidentes na área urbana aqui tratada.

A escolha de Tomar para estudo de caso recaiu em primeiro lugar na possibilidade de trabalhar uma área que não esteja localizada junto do meu local de residência, mas devido às raízes familiares, as questões de logística estiveram sempre asseguradas. Outro factor que considero relevante foi a oportunidade de poder dar o

meu contributo a uma cidade que não é mencionada frequentemente como principal estudo de caso quando se refere ao encolhimento urbano em Portugal, além de ser uma cidade não localizada na faixa litoral nacional.

O facto de se optar, em geral, pela aposta no crescimento como via para solucionar os problemas urbanos fez com que o estudo deste tema e cidade pudesse revelar-se útil para alterar ideias políticas, dando a oportunidade de Tomar se destacar no planeamento urbano.

Como Tomar apresentou nos últimos anos uma perda de habitantes e verificou-se o encerramento das suas indústrias, que ofereciam emprego para a população, permitiu que pudesse avançar com o estudo de caso.

Assim sendo, a metodologia utilizada na dissertação de mestrado aqui apresentada consistiu num trabalho dividido entre o quantitativo e o qualitativo, ocorrendo o intercalar destes dois métodos. Recorreu-se à técnica da triangulação da informação (Barnham, 2015) para que seja possível validar através de três estudos distintos. Esta técnica foi executada entre os dados estatísticos, a análise das políticas urbanas a diferentes escalas e as entrevistas aos atores locais e sociedade civil da cidade de Tomar. Desta forma, com o método quantitativo, tornou-se possível alcançar um maior grau de precisão na pesquisa, que se completou com o método qualitativo, dando resposta ao “como” é tratado o processo de encolhimento urbano na cidade e “porquê” se verifica este fenómeno assim como a razão de determinadas políticas urbanas.

Em relação às figuras, as que foram criadas tiveram recurso ao *software* ArcGIS, através da BGRI de 1991 e 2011, obtida no site do INE (Instituto Nacional de Estatística). As tabelas com a informação estatística foram recolhidas no INE, a partir dos Censos de 1991, 2001 e 2011. A informação sobre pessoal ao serviço e número de empresas foi trabalhada a partir dos dados obtidos no Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (GEP/MTSS). Toda a informação estatística foi tratada com recurso ao Excel, de maneira a elaborar taxas, variações e índices.

As entrevistas – método qualitativo - foram realizadas durante o mês de Abril de 2017, na cidade de Tomar, a diversas entidades locais onde se incluíram os representantes dos partidos políticos, e os vereadores e presidência da Câmara Municipal de Tomar.

A entrevista consistiu num conjunto de nove questões abertas padrão a serem feitas a todos os entrevistados, podendo ser complementada com outras questões divididas por tipo de interveniente. De salientar que este processo foi previamente

agendado e antes de se dar início à entrevista foi assinada por cada entrevistado uma Declaração de Consentimento das gravações e da identificação.

Após a entrevista foram realizados resumos individuais com base nas notas tiradas e nas gravações, cujos resumos foram mais tarde agrupados por tipo de entidades. O que se pretendeu deste processo foi filtrar a informação mais relevante e que melhor respondia a cada uma das nove questões, existindo paralelamente um cuidado em não omitir nenhum entrevistado. No que diz respeito às questões extra que foram colocadas, permitiram, sempre que necessário, explicar melhor o papel e o trabalho realizado da entidade em questão.

Portanto, esta tese tem como estrutura uma primeira fase de revisão de literatura sobre o conceito de encolhimento, que é acompanhada no segundo capítulo pelas políticas de cidade num contexto teórico.

Ainda neste segundo capítulo, analisam-se as políticas urbanas desde a escala comunitária até à escala local em Portugal, procurando a existência ou não de referências ao processo estudado nos diversos documentos.

Segue-se uma análise quantitativa de vários indicadores estatísticos que justificam o encolhimento em Tomar, complementados pela análise qualitativa das entrevistas aos intervenientes locais, no capítulo posterior. Desta feita, a dissertação aqui apresentada, divide-se em quatro capítulos, sendo dois deles baseados na análise de bibliografia, e os restantes sobre o estudo de caso propriamente dito.

I. Enquadramento Teórico

1.1. Cidade em Encolhimento

Proveniente do alemão *schrumpfende Städte*, a autoria do conceito *shrinking city* é atribuída a Haussermann e Seibel (1988), representando uma metáfora para o declínio da população e da economia após a desindustrialização (Bontje & Musterd, 2012; Martinez-Fernandez, Audirac, Fol, Sabot, 2012).

Embora a tradução literal para português seja “cidade em encolhimento”, a qual será aplicada nesta tese, é possível encontrar autores que falam de “declínio urbano” (Galego, 1999), traduzido do inglês *urban decline*, ou “contração” (Direção Geral do Território, 2016), que se assemelha à versão italiana *contrazione* (Lanzani, 2015). Noutras línguas este conceito é traduzido diretamente e apresenta-se como *rétrécissement urbain* (Florentin, Fol, Roth, 2009), em francês, e *ciudad encogida* (Borsdorf & Hidalgo, 2009) em espanhol.

Apesar do uso deste conceito ser relativamente recente, Bontje & Musterd (2012) advertem que a existência de cidades ou regiões em encolhimento não é um fenómeno novo. Esta recente importância advém do facto de, hoje em dia, as cidades em encolhimento excederem as cidades em crescimento, nomeadamente no Norte Global (Turok & Mykhnenko, 2007), acabando por dirigir o foco para o planeamento e para as políticas urbanas (Haase et al., 2012).

Diversos autores têm, ainda, relacionado este conceito com a globalização, considerando que as *shrinking cities* correspondem às áreas perdedoras, deixadas para trás na circulação global do capital (Grossmann et al., 2013). Sendo abandonada pelo capital que migra, em busca de locais com melhores condições para a sua acumulação, a cidade acaba por se confrontar com a subutilização das infra-estruturas e serviços, a existência de habitações vagas pela saída da população e, por consequência, também com a diminuição da mão-de-obra, o que gera mais redução do investimento e do emprego (Rink, Haase, Bernt, Grossmann, 2010; Lang, 2012).

Esta associação aos processos globais do capitalismo tem levado a que muitos autores entendam que uma “cidade em encolhimento” não corresponde apenas à perda ou contração demográfica, mas sim a uma área urbana que, além da redução da população, experiencia declínio do emprego, problemas sociais e recuo económico com a falta de investimento (Martinez-Fernandez et al., 2012; Reckien, Martinez-Fernandez, 2011). Neste seguimento, numa tentativa de produzir uma definição que

reúna consenso, o SCIRN (*Shrinking Cities International Research Network*) acrescenta ainda que uma *shrinking city* deve ser caracterizada por “um mínimo de 10.000 habitantes e grandes perdas de população por mais de 2 anos, estando sob transformações económicas com alguns sintomas de crise estrutural” (Hollander, Pallagst, Schwarz, Popper, 2009, p.224).

A generalidade das definições não é absolutamente taxativa quanto aos limiares que devem ser observados, para que se possa considerar estarmos na presença de uma cidade em encolhimento. Martinez-Fernandez & Wu (2007) acrescentam que uma cidade em encolhimento pode verificar períodos de pequeno crescimento demográfico, logo “grandes perdas de população” é um indicador indefinido. No entanto, o que prevalece como tendência dominante e de maior duração é a saída de capital e recursos humanos, resultando como obstáculo para o crescimento endógeno, o empreendedorismo e a inovação.

No caso específico da literatura portuguesa, a noção de *shrinking city* caracteriza-se como uma cidade com mais de 3000 habitantes, juntamente com uma perda populacional ocorrida durante pelo menos 10 anos (Alves, Barreira, Guimarães, Panagopoulos, 2016; Guimarães, Barreira, Panagopoulos, 2015).

1.2. O encolhimento urbano como fenómeno estrutural

Ao longo dos anos, vários termos têm sido usados para descrever o fenómeno em análise. Declínio urbano (*urban decline*) (Beauregard, 1993), decadência urbana (*urban decay*) e despovoamento (*depopulation*) (Grossmann et al., 2013), ou declínio populacional (*population decline*) (Rink et al., 2010), têm sido algumas das formas de descrever a tendência de evolução das cidades que aqui está em apreço. Haase et al. (2014) referem que o que atualmente é entendido por encolhimento urbano (*urban shrinkage*) era, há décadas transactas, descrito como “contra-urbanização” ou “desurbanização”. Este fenómeno colocou os cientistas urbanos perante uma tendência aparentemente contrária ao decurso normal da urbanização.

Os conceitos de “contra-urbanização” e de “desurbanização” apareceram associados também à ideia de ciclo. Integravam-se num racional em que a diminuição da população era vista como uma etapa num processo evolutivo e, logo, como algo transitório e reversível.

Autores como Berry (1977) e Van den Berg (1982) desenvolveram a Teoria das Etapas Urbanas ou do Ciclo de Vida das Cidades, na qual justificam processos

urbanos, como a suburbanização, como uma fase normal na evolução da cidade (Haase, Rink, Grossmann, Bernt, Mykhnenko, 2014). No desenvolvimento urbano, esta etapa caracterizou-se pela saída dos habitantes do centro da cidade, muitas vezes associada com a industrialização dos subúrbios verificada no pós-2ª Guerra Mundial (Cortese, Haase, Grossmann, Ticha, 2014).

A diferença ao usar-se o conceito de encolhimento urbano é que este deixa de ser visto como um processo transitório, para passar a ser visto como um fenómeno estrutural. É um “fenómeno global e multifacetado” (Haase et al., 2013b, p.3), resultando na manifestação local de uma ou mais forças económicas, espaciais, sociais, demográficas, físicas e políticas, onde acaba por existir um indicador comum designado declínio populacional (Hospers, 2014; Haase et al., 2012; Martinez-Fernandez et al., 2012; Rink et al., 2010).

O encolhimento urbano verifica-se em todo o mundo, em diferentes escalas, influenciado por processos globais, passando a ser encarado como uma tendência pesada, mas a sua análise deve decorrer com naturalidade e não como um padrão de desenvolvimento marginal, nem uma divergência pontual no crescimento (Grossmann et al., 2013). Portanto, uma cidade encolhida é fruto de um fenómeno global que afeta regiões, áreas metropolitanas, cidades ou bairros em diversos aspetos, que não unicamente o declínio populacional (Sousa & Pinho, 2015; Bontje & Musterd, 2012).

Haase et al. (2013b) acrescentam a referência ao espaço temporal e à intensidade com que o encolhimento urbano pode ser verificado, classificando-o como curto ou longo no tempo, e suave ou abrupto na força com que se demonstra.

Grossmann et al. (2013) consideram, de forma mais simples, que o encolhimento urbano poderia ser compreendido como *extreme shrinkage* ou *slow-burn shrinkage*. Neste sentido, entende-se como *extreme* todas as causas repentinas, e como *slow-burn* os motivos que se demonstram ao longo do tempo, a velocidades mais reduzidas.

O debate mais mediático sobre o encolhimento urbano ocorreu no Reino Unido, embora tenha sido o declínio económico a deter maior atenção devido ao abandono de antigas áreas industriais (Haase et al., 2013b), questões abordadas por Cocks & Couch (2012), e Couch & Cocks (2013) a respeito da regeneração de bairros residenciais encolhidos com o intuito de reter a população na cidade.

Também nos Estados Unidos, o tema do encolhimento urbano foi estudado, sobretudo recorrendo ao termo “declínio urbano” (*urban decline*). Este processo é visto em correlação com a desindustrialização, verificando-se a saída de população de classe média para os subúrbios e a delapidação do centro da cidade por falta de

investimento, área essa que vê, consequentemente, aumentar as minorias e as classes desfavorecidas (Beauregard, 1993; Martinez-Fernandez et al., 2012). A ideia de declínio está conotada com perda, sendo este um sinal de fraqueza e desgraça, o que deixa implícito que resistir ao declínio, reinvestir na cidade e voltar ao crescimento demográfico seria a única forma de inverter a decadência (Beauregard, 1993). De acordo com a literatura norte americana, portanto, o declínio urbano aparece associado a fenómenos sociais como o crescimento da pobreza urbana, a degradação da habitação, o abandono industrial e as paisagens de ferrugem (*Rust Belt*), a segregação racial e a migração (Martinez-Fernandez et al., 2012).

Devido a possíveis confusões entre concepções de processos urbanos, o conceito de encolhimento urbano tem de continuar a ser trabalhado e melhorado para evitar cair na tentação de o ver como simples contraponto de um crescimento, ao mesmo tempo demográfico e económico. Subentendida nesta abordagem do encolhimento urbano como fenómeno estrutural, multidimensional e não apenas demográfico, fica também a sua multicausalidade, que analisaremos de seguida.

1.2.1. As causas do encolhimento urbano

As causas do encolhimento urbano podem ser de dois âmbitos: estruturais e conjunturais. As causas estruturais referem-se a mudanças económicas, sociais e políticas que refletem tendências longas e pesadas. Iniciam-se numa escala global até à escala local. São exemplos de mudanças estruturais as que relevam da reorganização global do capitalismo e da divisão internacional do trabalho, que levaram designadamente à desindustrialização dos antigos países industrializados (e.g. *Rust Belt* americano). Estão também contempladas as mudanças demográficas relacionadas com a “segunda transição demográfica” (Lesthaeghe & van de Kaa, 1986), ou ainda transformações de regimes políticos como o colapso do comunismo (Bontje & Musterd, 2012; Martinez-Fernandez, et al., 2016; Sousa et al., 2015).

As causas conjunturais são resultados mais ou menos fortuitos de acontecimentos, e são nestas causas que estão incluídos acidentes naturais e a poluição ambiental (embora esta causa possa ser estrutural se se verificar a uma escala global), ou até outros fenómenos como a possível falência de uma grande empresa empregadora em determinada cidade (Cortese et al., 2014; Wiechmann & Bontje, 2015).

A periferização entendida como causa de encolhimento urbano ajuda a perceber a multidimensionalidade deste fenómeno e a sobreposição de processos a ele associados. Segundo Lang (2012), as periferias, quer sejam cidades ou regiões, devem ser olhadas como resultados de processos sociais de periferização e não como condições estruturais do espaço.

O conceito de espaço periférico provém de meados da década de 1990 e consiste numa área “geográfica e economicamente remota, politicamente sem poder e socialmente não homogénea” (Blowers & Leroy, 1994; cit in Lang, p.1750, 2012). Na escala regional, Lang (2012) refere Komlosy (1988), que menciona a periferização regional como um aumento de dependência das regiões desfavorecidas face ao centro. O mesmo autor utiliza a Alemanha para exemplificar melhor este processo, argumentando que a população alemã se está a concentrar cada vez mais em poucas regiões prósperas, e que cresce o número de regiões em declínio populacional. Com a decadência da indústria tradicional, por não conseguir penetrar na economia mundial, surgem as dependências externas. A periferização também conduz a uma concentração de infra-estruturas e serviços, reduzindo a qualidade e quantidade destas em locais remotos, muitas vezes acompanhada pela perda de acessibilidade (Lang, 2012).

Uma questão muito evidente nas cidades situadas em regiões periferizadas é o “estigma no discurso público e na relação com outros espaços” (Lang, 2012, p.1750), permitindo aos centros uma maior capacidade atrativa de modernidade e progresso. A principal característica de uma periferia é, basicamente, a falta de poder. Segundo Turok e Mykhnenko (2007), e Reckien e Martinez-Fernandez (2011), as maiores cidades ultrapassarão melhor as dificuldades do que as pequenas cidades, porque os centros urbanos de maior dimensão conseguem atrair mais população, evidenciando o seu poder em relação às cidades pequenas, no que diz respeito à procura de melhores habitações, mas também devido às suas atividades económicas, com maior representação dos setores mais produtivos, que cativam mais força de trabalho.

Na mesma ordem de ideias, as questões demográficas inerentes às forças da globalização na periferização conduzem à constituição de regiões fracas com graves problemas em manter as necessidades da sua população satisfeitas (Domhardt & Troeger-Weiß, 2009).

Portanto, a periferização, como refere Sassen (2005), é resultado das dinâmicas de dispersão e centralização da globalização, o que faz com que as cidades inseridas na rede global fiquem em vantagem perante as restantes não inseridas (Martinez-Fernandez & Wu, 2007).

Como se depreende da associação ao conceito de periferização, o encolhimento urbano é multicausal. Procurando sistematizar melhor a complexidade e diversidade de fatores que podem estar na origem deste fenómeno, Grossmann et al. (2013) salientaram três causas: desindustrialização, suburbanização e mudanças demográficas. Outras referências como Haase et al. (2013b) ou Pallagst (2005), citada em Guimarães, Barreira & Panagopoulos (2015), organizam as causas do encolhimento em torno das três já mencionadas, porém com ligeiras variâncias de nomenclatura - e.g. suburbanização e alterações no sistema de povoamento (Haase et al., 2013b) -, ou a inclusão de questões ambientais como refere Pallagst (2005).

Assim sendo, a desindustrialização está associada à mudança de mercados, mudanças tecnológicas e impactos da globalização que ocorrem em áreas urbanas pós-socialistas e capitalistas antigas (Reckien et al., 2011). Com o encerramento dos postos de trabalho numa cidade surge a privação social da população desempregada devido à quebra nos rendimentos familiares (Cortese et al., 2014), levando-a a procurar novas oportunidades fora do limite urbano onde viviam até ao momento. A literatura também salienta que, geralmente, as cidades que mais sofrem com o fecho das indústrias são aquelas que estão assentes num único tipo de produção, ou seja, são economias mono-funcionais (Guimarães et al., 2015; Haase et al., 2013b).

Outras referências, como Couch & Cocks (2013), associam o encolhimento ao aumento das desigualdades económicas regionais, pois sendo o capitalismo gerador de desenvolvimento desigual, reforçam-se as vantagens das regiões com capacidade de atração de investimento em detrimento das restantes, observando-se aqui o papel fulcral da globalização.

O declínio económico pode ser verificado neste processo por via das transformações económicas que levaram à desindustrialização das cidades ocidentais (Hospers, 2014) e, por sua vez, à deslocalização da produção para outro local que ofereça mão-de-obra mais barata ou mais qualificada, ou mais recursos, podendo gerar mais lucro (Martinez-Fernandez et al., 2012), como sucedeu nas cidades do chamado *Rust Belt* americano.

Por outro lado, as mudanças demográficas referem-se, antes de mais, à emigração, que, não sendo compensada por imigrantes em proporção semelhante ou superior, terá como consequência uma perda de habitantes. Além disso, a saída da população jovem em busca de novas oportunidades, quer para estudar como para construir a sua carreira, tem outros impactos ainda: a “fuga de cérebros” (*brain-drain*) reduz as possibilidades de desenvolvimento económico local e tem efeitos negativos

também no saldo natural, pois só fica na cidade a população mais envelhecida enquanto os jovens que emigram terão os seus filhos noutra local (Hospers, 2014).

A suburbanização é também uma causa de encolhimento urbano, desenvolvendo-se a partir da expansão da cidade além dos seus limites, característico das cidades pós-industriais pelo seu *sprawl* quando da saída de habitantes em busca de oportunidades de emprego, qualidade de vida, mas também de um espaço urbano menos denso e de redes mais abertas (Couch & Cocks, 2013), ao contrário do que existia no centro, onde a cidade vertical continha habitação limitada, barulhenta e pouca privacidade (Rybczynski & Linneman, 1999). Desta feita, a cidade perde população cujas possibilidades financeiras permitem realizar viagens pendulares (*commuting*) e pagar por habitações fora da cidade, movimento esse que Haase et al. (2014) definem de “*white-flight*” no caso de Detroit, cujo significado é a saída da população branca, já que tinha as capacidades necessárias para efectuar essa migração.

Esta causa acarreta outros problemas sociais, como a segregação social e etnicização, a criminalidade, as doenças causadas por comportamentos desviantes, o aparecimento de bairros de habitação precária (lata), mas também de problemas vários ao nível da gestão urbana, como a subutilização das infra-estruturas que terão maiores custos de manutenção devido ao seu menor uso. Uma dificuldade que surge com a suburbanização passa pela perda de contribuintes que aumentam a situação financeira já de si complicada, conotada com o declínio económico e urbano (Beauregard, 1993; Rybczynski & Linneman, 1999).

O Quadro 1 sistematiza a variedade de causas que aparecem referidas na literatura.

Quadro 1 – Causas do encolhimento urbano.

Tipo de Causas	Causas	Escala	Esferas de Ação (drivers)	Exemplos
Destruição	Guerras/Conflitos	Global até local	Imposições externas	Alepo, Mossul
	Desastres Naturais	Global até local	Ambiental	Nova Orleães (Furacão Katrina)
	Epidemias	Local até regional	Estilo de vida/social	Lagos (Ébola)
	Poluição Ambiental	Global até local	Ambiental	Chernobyl/Prypiat
Perda	Falta de Recursos	Local até regional	Económico/industrial	Japão (Omuta - minério)
	Perda Massiva de Empregos	Local até regional	Económico/industrial	Detroit, Leipzig
	Desindustrialização	Global até regional	Económico/industrial	Detroit, Leipzig
Transição	Suburbanização	Local até regional	Estilo de vida/social	Liverpool
	Migração Seletiva	Local até regional	Estilo de vida/social	Leipzig
	Mudanças Demográficas	Local até regional	Estilo de vida/social	Alemanha de Leste (Leipzig), Japão (Nagasaki)
	Transformações Políticas	Global até regional	Económico/industrial	ex-R.D.A. (Dresden), ex-Bloco de Leste (Brno)

Elaboração própria a partir de Bontje & Musterd (2012), Reckien & Martinez-Fernandez (2011), Wiechmann & Bontje (2015).

O Quadro 1 sistematiza as causas apontadas por vários autores, agregando tipos de fatores a causas mais concretas, o que permite também apontar a escala e as esferas de ação (*drivers*) nelas expressas, completando com exemplos práticos.

Os três tipos de causas (destruição, perda e transição) são apontados por Bontje & Musterd (2012) no seu artigo, embora tenham sido Oswalt & Rieniets (2006) os primeiros a referi-las. Estes três tipos são genéricos mas ajudam a compreender melhor as causas do encolhimento urbano, algumas delas já mencionadas anteriormente, e outras são acrescentadas por Reckien et al. (2011) e Wiechmann et al. (2015), alargando o espectro da multicausalidade deste processo urbano.

Iniciando pela destruição, cuja palavra sugere mudança mais brusca e de maior gravidade, verificam-se causas como: guerras ou conflitos, desastres naturais e poluição ambiental, ou epidemias.

Com a observação da coluna das escalas, as causas do encolhimento que se enquadram no tipo “perda” são, à exceção das epidemias, de escala global até local, o que demonstra a importância da globalização já abordada anteriormente. Porém, os adutores, ou os *drivers* segundo Reckien & Martinez-Fernandez (2011), são variados. As guerras são incluídas nas imposições externas, como é o caso do conflito armado em Aleppo (Síria) ou Mossul (Iraque); os desastres naturais e a poluição ambiental, como o furacão Katrina que atingiu Nova Orleães em 2005, enquadram-se em questões ambientais; e por fim, as epidemias, como o ébola em Lagos (Nigéria - África Ocidental), têm como desencadeador o estilo de vida.

Posteriormente, a “perda”, ainda que indutora de um encolhimento rápido mas menor que a “destruição”, relaciona-se com três causas: falta de recursos, perda massiva de empregos e desindustrialização. Percebe-se que as causas genericamente intituladas de “perda” estão, portanto, sempre relacionadas com a esfera industrial e económica. A perda massiva de empregos está associada a um evento abrupto em cidades com uma economia mono-funcional, ou seja, a oferta de emprego suporta-se numa única empresa ou actividade económica, que deixa de laborar. Pelo contrário, a desindustrialização é um processo duradouro, onde se verifica o encerramento das indústrias de forma gradual.

A “transição” descreve fundamentalmente mudanças relacionadas com a esfera societal e dos estilos de vida, como a suburbanização, a migração seletiva e as mudanças demográficas, ou com a esfera política. Exemplos de mudanças na esfera societal são o caso de Liverpool (suburbanização), e o *brain-drain* em Leipzig, com a saída da população jovem e instruída para as cidades da ex-R.F.A. Bontje e Musterd (2012) destacam ainda neste quadro a segunda transição demográfica descrita por

Van de Kaa (1987), que é uma outra importante causa de encolhimento urbano. Isto envolve uma combinação de fatores que alteram a estrutura familiar, como a diminuição da fecundidade, a baixa taxa de natalidade e o envelhecimento demográfico, salientando que estes fenómenos não ocorrem com o mesmo ritmo em todas as regiões.

1.2.2. Os efeitos do encolhimento urbano

A opção de utilizar a palavra “efeito” em vez de “consequência” ao falarmos do encolhimento de uma cidade justifica-se pela conotação negativa que a segunda acarreta, e por forma a não transmitir uma concepção pessimista ou fatalista em relação ao futuro das cidades em encolhimento.

Os efeitos do encolhimento urbano são constantemente influenciados pelas várias causas. Na Europa, são particularmente variadas devido à complexidade do processo e da sobreposição das causas aí presentes (Hollander et al., 2009).

Da mesma maneira que nas causas do encolhimento urbano havia diversas versões defendidas pelos autores, no que respeita aos efeitos o cenário é semelhante. Haase, Athanasopoulou e Rink (2013a) apontam o desinvestimento, os espaços vazios, as infra-estruturas disfuncionais, quebras das receitas fiscais e consequente emagrecimento dos orçamentos das cidades, excesso de habitação vaga e a desvalorização dos imóveis como resultados deste processo. Hollander et al. (2009) acrescentam que o declínio de bairros, abandono ou pouco uso dos edifícios, dá origem a espaços vazios e a criminalidade; também o encolhimento urbano torna visível uma população envelhecida e o aumento de minorias étnicas ou classes desfavorecidas.

O processo em estudo altera as configurações sociais de todos os atores, colocando-os em risco de dependência. No entanto, os impactos do encolhimento urbano nem sempre são visíveis num curto período de tempo. A demolição é um efeito que pode apenas ser visível num período temporal maior, porque as habitações apenas se tornam inabitáveis após um tempo sem qualquer uso (Haase et al., 2012).

Alguns autores (Rybczynski & Linneman, 1999) defendem que o futuro das cidades tem de ser radicalmente repensado de forma a oferecer melhor qualidade de vida à sua população através da sua compactação (cidade compacta), seguindo a perspectiva de “*smaller can be better*” (Rybczynski & Linneman, 1999, p.40). Assim,

trespassa a ideia de o processo de encolhimento conduzir a uma nova etapa na cidade, o que significa procurar criar condições ajustadas à realidade do encolhimento urbano, aceitando a ausência de crescimento, em vez de tentar reverter essa situação a todo o custo (Hollander et al., 2009).

Segundo Hospers (2014), podem-se agrupar os efeitos do encolhimento urbano em três aspectos: *hardware*, *software* e *mindware* urbano. No *hardware* encontra-se o que é visível, tangível e contável, por exemplo, o mercado imobiliário, as infra-estruturas e a economia local; o *software* inclui as normas e valores da população, bem como as formas como estes agem e interagem; por último, o *mindware* é a imagem da cidade. Apesar de ser um processo que acontece em várias cidades mundiais, o encolhimento urbano é visto como algo negativo por parte dos governos, que se agrava se os habitantes tiverem a mesma visão, o que conduz ao sentimento de inferioridade, desencorajando a criação de riqueza local.

Como referem Haase et al. (2012), deve existir uma preocupação em identificar os efeitos negativos para os investigar, mas também os efeitos positivos do encolhimento urbano, procurando maximiza-los em benefício do ambiente e da qualidade de vida. No mesmo sentido, Reckien & Martinez-Fernandez (2011, p. 1390) afirmam ser necessário “quebrar a espiral negativa do *instituted behaviour* (espectro que contem desde a informalidade de hábitos e rotinas até à formalidade do estado e a sua organização), alterando a percepção que se tem de antigas áreas industriais, através das configurações institucionais, sociais e económicas”. Sousa & Pinho (2015) reforçam esta ideia ao referirem que o encolhimento urbano não é só fraquezas e que mesmo estas podem conter oportunidades únicas.

De seguida tentaremos sistematizar os efeitos do encolhimento urbano de acordo com esta perspectiva, distinguindo os efeitos negativos dos positivos.

1.2.2.1. Efeitos negativos

O quadro 2 resume os principais efeitos negativos do encolhimento urbano que têm sido referenciados na literatura.

Quadro 2 – Efeitos negativos do encolhimento urbano.

Efeito Negativo	Exemplo	Referências
Redução de receitas fiscais	<i>Rust Belt</i> americano, Leipzig, Liverpool	Haase et al., 2013a; Hollander et al., 2009; Rink et al., 2010
Redução do emprego	Leipzig, Detroit, Liverpool	Beauregard, 1993; Bontje, 2004; Domhardt et al., 2009; Hollander et al., 2011
Aumento de espaços vacantes	Detroit, Liverpool	Haase et al., 2012; Hollander et al., 2011
Manutenção das infra-estruturas mais cara <i>per capita</i>	Liverpool	Martinez-Fernandez et al., 2012; Sousa et al., 2015
Subaproveitamento do capital imobiliário	Leipzig	Beauregard, 1993; Grossmann et al., 2012; Martinez-Fernandez et al., 2016
Aumento de criminalidade	Leipzig, Liverpool	Couch et al., 2013; Hollander et al., 2009; Reckien et al., 2011

Elaboração própria a partir de Beauregard (1993), Bontje (2004), Haase et al. (2013a), Couch et al. (2013), Domhardt et al. (2009), Grossmann et al. (2012), Hollander et al. (2009), Hollander et al. (2011), Martinez-Fernandez et al. (2012), Martinez-Fernandez et al. (2016), Reckien et al. (2011), Rink et al. (2010), Sousa et al. (2015).

A redução das receitas fiscais, segundo Haase et al. (2013a), Hollander et al. (2009) e Rink et al. (2010), surge do contexto da diminuição da população e das empresas, levando assim a menores receitas. Esta redução das receitas fiscais tem como consequência o emagrecimento dos orçamentos das cidades e, logo, maiores dificuldade financeiras que conduzem a desinvestimento nos equipamentos e infra-estruturas, e nos serviços públicos prestados à população (Haase et al., 2013a;

Martinez-Fernandez et al., 2012). Este efeito está documentado em cidades como Leipzig ou Liverpool, bem como em todo o *Rust Belt* americano.

Relacionada com esta quebra nas receitas está a redução do emprego, em especial no caso da diminuição das empresas (Beauregard, 1993; Bontje, 2004; Domhardt & Troeger-Weiß, 2009; Hollander et al., 2011) que, ao encerrarem ou deslocarem-se para outra cidade, colocam os ativos no desemprego. A perda de postos de trabalho ocorreu por exemplo na cidade de Leipzig, ou em cidades francesas ligadas à extração mineira. A falta de emprego levou à emigração da população em idade ativa, o que agrava o envelhecimento demográfico, como acontece nas cidades japonesas (Martinez-Fernandez et al., 2016; Rink et al., 2010; Cortese et al., 2014). Consoante a duração da perda de emprego, reduz mais o número de habitantes, e consequentemente a diminuição das receitas fiscais, tornando-se desta maneira um ciclo vicioso difícil de travar.

Ainda devido à redução do emprego, é verificado um aumento da criminalidade, como por exemplo em Leipzig ou Liverpool (Couch et al., 2013; Hollander et al., 2009; Reckien et al., 2011), que pode justificar-se também pelas discrepâncias sociais criadas pelo crescimento da taxa de desemprego (Audirac, 2009; Rybczynski et al., 1999).

Outro efeito referido na literatura é o aumento dos espaços vacantes (Haase et al., 2012; Hollander et al., 2011), podendo este estar ligado ao desinvestimento, ou a outro efeito, designadamente, o aumento dos custos *per capita* de manutenção de equipamentos e infra-estruturas (Martinez-Fernandez et al., 2012; Sousa et al., 2015), que aumenta consoante a perda de população, o que pode criar custos acrescidos para os contribuintes e utilizadores, bem como à supressão de manutenção de certos espaços que ficam ao abandono.

Em relação ao subaproveitamento do capital imóvel (Beauregard, 1993; Grossmann et al., 2012; Martinez-Fernandez et al., 2016), deve-se à perda de habitantes na cidade, já mencionado pela diminuição da oferta de emprego. A grande oferta de habitação vaga origina a desvalorização do imobiliário (Haase et al., 2013a).

1.2.2.2. Efeitos positivos

Muito embora os aspetos negativos do encolhimento urbano apareçam bastante mais referidos na bibliografia, alguns autores têm chamado a atenção para alguns efeitos positivos e oportunidades que esta mudança urbana acarreta para as cidades e para a qualidade de vida. Esses efeitos positivos encontram-se sistematizados no Quadro 3.

Quadro 3 – Efeitos positivos do encolhimento urbano.

Efeito Positivo	Exemplo	Referência
Potencia usos do solo	Leipzig	Grossmann et al., 2012
Mais natureza	Liverpool	Couch, Karecha, Nuissl, Rink, 2005; Hollander & Németh, 2011
Mais qualidade de vida	Buffalo	Frazier & Bagchi-Sen, 2015

Elaboração própria a partir de Couch et al. (2005), Frazier & Bagchi-Sen (2015), Grossmann et al. (2012), Hollander & Németh (2011).

O encolhimento urbano traz a possibilidade de dar novos usos ao solo (Grossmann et al., 2012), como por exemplo aproveitar os espaços vacantes para armazenar água pluvial para ser utilizada em rega ou, conforme a escala da represa, para gerar energia. Na cidade de Leipzig foram criados micro-parques urbanos, que são um uso temporário até que o proprietário queira construir ou vender o espaço (Couch et al., 2005).

O aumento da qualidade ambiental insere-se no segundo efeito positivo do encolhimento urbano, ou seja, pode-se tornar a cidade num espaço mais natural (Couch et al., 2005; Hollander et al., 2011). Assim a cidade em encolhimento passa a oferecer refúgio para espécies vegetais e animais, aumentando dessa maneira a biodiversidade (Hollander & Németh, 2011), podendo-se ainda criar corredores verdes entre estes “vazios” na cidade.

Como efeito positivo que pode agregar os anteriores, verifica-se ainda a possibilidade de aumentar a qualidade de vida através da redução do tráfego e da poluição que poderá originar o alargamento das áreas exclusivas ao acesso pedonal, com o intuito de fomentar o movimento e a integração, assim como o comércio local

poderá tornar-se mais visível aos habitantes da cidade (Frazier & Bagchi-Sen, 2015). Frazier & Bagchi-Sen (2015) apontam como outro aspecto positivo a diminuição do custo do solo, pois a população com menores capacidades financeiras pode melhorar as suas condições de vida, neste caso de habitabilidade, estendendo-se para espaços que não estavam a ter um uso formal.

II. Políticas de Cidade

2.1. Políticas urbanas para a cidade em encolhimento

Neste capítulo a atenção recai nas orientações de política e em exemplos de opções feitas em cidades em encolhimento dispersas pelo mundo, de maneira a relacionar o encolhimento urbano segundo os seus efeitos com as políticas ou estratégias aplicadas.

Segundo a literatura, as respostas políticas têm sido predominantemente baseadas no planeamento, na requalificação e reutilização de espaços, nas perspectivas estratégicas – abordagem a certos problemas - e na avaliação dessas respostas. Contudo, prevalecem escassos os debates sobre as políticas e questões relacionadas com ideais políticos, interesses dos intervenientes e governança (Haase et al., 2014).

Martinez-Fernandez et al. (2016) levantam algumas questões importantes sobre as políticas de desenvolvimento urbano aplicadas a cidades em encolhimento. As políticas urbanas, nestes casos, são fortemente influenciadas pelo grau de reconhecimento dado ao processo de encolhimento. Os objetivos de política definidos e o tipo de medidas preconizadas dependem da capacidade dos atores pertinentes avaliarem as causas e as consequências do encolhimento urbano. Por exemplo, se não há o devido reconhecimento de que as causas do encolhimento são estruturais, é compreensível que as políticas insistam em objetivos e em medidas voltadas para a reversão do declínio e a retoma do crescimento.

A definição das políticas a prosseguir também depende e deve ter em vista as visões e projectos que os vários atores intervenientes na vida da cidade têm em relação ao futuro, assim como as suas preocupações e valorações da situação presente.

Finalmente, a escolha do trajecto político de uma cidade deve ter em atenção as características desse espaço urbano e não simplesmente optar pela estratégia que agrada aos detentores do poder de decisão ou que parecem sedutoras por estarem a ser implementadas em outros locais. As políticas resultam de objetivos pretendidos e da história de outras políticas implementadas, embora estas escolhas não sejam absolutas, o que significa que as opções refletem a prioridade ou preferência dadas pelos atores políticos num determinado momento, podendo ainda provocar consequências não desejadas qualquer que seja a política escolhida (Holland, 2015).

As políticas costumam ser caracterizadas como *top-down* ou *bottom-up*, correspondendo as primeiras às políticas que são definidas por critérios técnicos e teóricos e emanadas a partir de instituições de nível superior e dos detentores de decisão para as populações e as empresas, enquanto as políticas *bottom-up* se caracterizam pela participação de organizações de escala local na decisão e pela parceria destas com organizações governamentais.

Posto isto, dentro das políticas urbanas, e no respeitante às dinâmicas de evolução, poder-se-á dizer que a prioridade sempre tem sido colocada no crescimento. O mais comum é aplicarem-se medidas de política que visam atrair investimento e população, e todo o sistema de planeamento se tem orientado no sentido de procurar regular a expansão da cidade além do seu centro (Grossmann et al., 2013).

Tendencialmente, os decisores políticos, quando se confrontam com dinâmicas recessivas ou com um processo de encolhimento, procuram reverter essas tendências com a inversão do declínio económico presente na cidade por via do fortalecimento da competitividade, que na prática se resume ao crescimento económico e demográfico da mesma (Wiechmann et al., 2015). Häußermann & Siebel (1987) citados em Wiechmann & Bontje (2015), criticam as políticas de crescimento adoptadas na pós-reunificação da Alemanha, porque estas causavam a intensificação dos efeitos negativos, o investimento externo massivo e a impossibilidade de surgirem novas formas de vida urbana.

Também Lang (2012) refere que as políticas neoliberais de potenciação da competitividade acabaram por ter como efeito um agravamento da periferização, por darem maior destaque aos centros urbanos de maiores dimensões e mais prósperos e acentuarem a polarização socio-espacial.

Em contraste com essa opção até agora dominante encontram-se as políticas de “encolhimento inteligente” (*smart shrinking*), uma expressão genérica para designar um outro tipo de orientações, multifacetadas conforme o país, região ou cidade (Marinez-Fernandez et al., 2016), mas que se justificam pela recusa da ideia do “*one-size-fits-all*” e por procurarem aproveitar as forças e oportunidades existentes nas situações concretas das cidades em encolhimento (Alves et al., 2016).

Estas políticas servem para reexaminar os usos do solo de forma criativa (Johnson, Hollander, Hallulli, 2014), acertar a oferta de habitação à população, com medidas como por exemplo a demolição, e reestruturar (Bontje, 2004) ou revitalizar áreas específicas de uma cidade com preocupação na pegada ecológica (Panagopoulos & Barreira, 2013).

As políticas de encolhimento inteligente correspondem, portanto, a uma nova lógica de planeamento da cidade em encolhimento que Popper & Popper (2002), citados em Hollander (2011, p.131), definem de “planeamento para menos – pessoas, edifícios e usos do solo”.

Contudo, é necessário ter em consideração as diversas componentes da governança, que interferem com a elaboração de políticas de cidade, como: i) cultura democrática; ii) especificidades dos problemas; iii) relação entre os intervenientes; iv) disponibilidade de recursos (Haase et al., 2013a).

Dentro desta perspectiva do planeamento e construção de estratégias ou políticas urbanas por via da participação pública, evidencia-se a Agenda 21 ou apenas a discussão pública entre atores chave. Porém, a participação pública pode ser diminuída pelo topo da hierarquia política que controla as estratégias a seguir, beneficiando de uma cultura local sem participação, ou pelo facto desse topo hierárquico ser mais conservador, levando à criação de “um choque de poder entre atores com interesses em concorrência” (Hall & Taylor, p.21, 1996, cit in Liebmann & Kuder, p.1168, 2012), ou com problemas territoriais específicos da região ou local que as soluções políticas gerais ou universais não são capazes de resolver.

Por último, a falta ou distribuição desigual de recursos financeiros e/ou humanos pode condicionar a aplicação no terreno das medidas de política necessárias pelos detentores do poder de decisão (Liebmann & Kuder, 2012).

Haase et al. (2013a) afirmam que a União Europeia perspectiva tornar as cidades em encolhimento em laboratórios de desenvolvimento de políticas urbanas que façam uso eficiente dos recursos, orientados para a sustentabilidade e habitabilidade das comunidades, com preocupação em questões como o envelhecimento da população e a limitação dos recursos mundiais. Por via deste método de desenvolvimento urbano, a União Europeia pretende alcançar objetivos como a prosperidade, habitabilidade, diversidade e a economia de recursos.

No entanto, a União Europeia continua a orientar as suas prioridades para o crescimento e a competitividade de cidades e regiões, o que pode conduzir a maiores disparidades espaciais e acaba por ser um pouco contraditório com esta nova geração de políticas.

Na prática as políticas são construídas e aplicadas consoante a situação específica da área em encolhimento, muito influenciadas pelos resultados que se pretendem obter, o que leva as estratégias a serem uma mistura de várias orientações, ou a sofrerem redireccionamentos e reveses sucessivos no tempo como será apresentado.

Hospers (2014) sistematizou os vários tipos de opções estratégicas e políticas aplicadas às cidades em encolhimento em quatro géneros, a saber: banalizar, contrariar, aceitar, utilizar.

Quadro 4 – Tipos de orientações nas políticas urbanas.

Orientação	Atitude	Medidas	Exemplo
Banalizar	Não agir, não levar a sério	Manutenção das políticas aplicadas até então	Pittsburgh (1940's – 1980's)
Contrariar	Ver processo como algo temporário	Investimento para maior crescimento	Lorraine, Nord Pas-de-Calais
Aceitar	Amenizar, estabilizar ou reter população	<i>Soziale Stadt</i>	Leipzig
Utilizar	Tirar vantagem do processo de encolhimento (oportunidades)	Utilizar espaços ou edifícios vagos para usos temporários	Amesterdão, Detroit

Quadro adaptado a partir de Hospers (2014), completado por Cortese et al. (2014), Hollander (2011), Martinez-Fernandez et al. (2016), Savini et al. (2016).

Em relação à primeira orientação – a opção de “banalizar” -, Verwest (2011), citado em Hospers (p.1511, 2014), define estas políticas como “política fixa”, ou seja, banalizar significa não agir perante o processo em causa porque as autoridades não reconhecem ou não levam a sério o encolhimento como uma tendência estrutural. Esta orientação é bastante comum em países habituados a um crescimento num longo período, como os Estados Unidos, especialmente do pós-guerra à década de 1980.

O facto de serem uma sociedade com elevada segregação étnica levou à construção de políticas urbanas que eliminavam os pontos onde se verificavam o encolhimento – bairros de classes sociais desfavorecidas e minorias étnicas – em benefício do crescimento. Uma das grandes políticas que impulsionou esta visão de crescimento contínuo, influenciadas pelos ideais do New Deal, foi a Housing Act de 1949 e 1954, que por via de fundos federais permitiu a demolição de áreas degradadas e a construção de novas habitações, tendo-se verificado a aplicação destas políticas em cidades como Pittsburgh (Martinez-Fernandez et al., 2016).

“Contrariar” é o segundo tipo de orientação de política que Hospers (2014) apresenta no seu artigo. Assenta na ideia de que a perda de habitantes é apenas temporária e que se inverte com a atração de pessoas e negócios, novas propriedades e redesenvolvimento urbano. No fundo, assemelha-se a uma política de crescimento; cativar a classe criativa através de *marketing* territorial e infra-estruturas tecnológicas é uma das estratégias preconizadas pelo Tratado de Lisboa, o que leva Hospers (p.1513, 2014) a falar de “Lisbonização” das cidades.

Enquadram-se nesta categoria quase todas as estratégias adoptadas até finais da década de 1990, onde o encolhimento urbano era um tema *taboo*, e assim procurava-se inverter a tendência declinante através do investimento económico, como se verificou em França, nas regiões mineiras de Lorraine e Nord Pas-de-Calais (Martinez-Fernandez et al., 2016).

No Japão, as orientações prosseguidas em cidades em encolhimento, além de apostarem na reindustrialização, numa perspectiva de crescimento, contemplam também estratégias pós-industriais por via do turismo (Martinez-Fernandez et al., 2016).

Utilizando o exemplo dos Estados Unidos, Beauregard (1993), analisando as políticas que visam contrariar a tendência de declínio, explicou que tanto investidores como governos preferiram reinvestir na cidade afastando a pobreza ou atividades repulsivas para outros locais. A razão da presença maioritária deste tipo de estratégias reside na crença nas forças de mercado (Grossmann et al., 2012). Liebmann e Kuder (2012) e Radzimski (2016) afirmam ser uma escolha recorrente em cidades onde o investimento foi forte, tentando-se a todo o custo evitar elaborar novos caminhos de desenvolvimento urbano.

Outra medida que por vezes é prosseguida neste tipo de política é o aumento das contribuições fiscais como forma de compensar as quedas de receitas, o que a torna numa decisão autodestrutiva, pois a população que a princípio permanece na cidade acaba a prazo por sair, preferindo áreas com menor peso contributivo; outras vezes alarga-se o perímetro urbano de maneira a conseguir abarcar maior número de habitantes e aumentar os orçamentos locais, com consequências na perda de poder político das minorias sociais do centro urbano (Rybczynski et al., 1999).

A orientação estratégica de aceitação corresponde a políticas adaptadas aos efeitos negativos do encolhimento com o intuito de os amenizar. Para tal, busca-se estabilizar a população, ou até retê-la, com estratégias de melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Prosseguir políticas deste tipo implica avaliações rigorosas das necessidades e listagem dos problemas urbanos, com forte participação da população e consultas locais para construir políticas que melhor sirvam a cidade. Um exemplo de aplicação deste tipo de orientação é a cidade de Liverpool, como referem Couch & Cocks (2013), ao procurar estratégias de melhoria da qualidade de vida nos bairros centrais que mais sofreram com a saída da população, bem como devolver a utilidade aos blocos de residência por via da habitação para estudantes. Outro exemplo é o programa *Soziale Stadt*, em Leipzig, com foco na requalificação de bairros residenciais, quer das habitações propriamente ditas quer do espaço público,

buscando condições favoráveis à permanência de população nas áreas centrais da cidade, reforçando a coesão social e um sentimento positivo (Cortese et al., 2014). A aplicação deste programa contemplou a criação de um fórum onde a população foi convidada a participar, estando-se dessa forma a combater a segregação social vivida na cidade, bem como a imagem negativa de cada bairro (Cortese et al., 2014).

O último tipo de orientação política passa por utilizar ou tirar vantagem do processo de encolhimento, baseado na premissa de que não há dimensão exata, para uma cidade perfeita e que a qualidade de vida não depende da densidade demográfica. Assim sendo, a cidade encolhida passa a ser um “laboratório” de novas ideias e o espaço urbano torna-se numa panóplia de oportunidades para novos serviços que poderão estimular o empreendedorismo local, como a “economia prateada” que Hospers (2014) refere para definir as novas atividades de serviços de bem-estar orientadas para a população idosa.

Nos casos australiano e japonês, as prioridades orientam-se para fins sociais, quer seja para a população jovem, onde a educação é o factor chave, quer seja para a população mais idosa. Neste campo foi a criação de serviços e ocupações para a população sénior a corresponder com emprego para a população em idade ativa (Martinez-Fernandez et al., 2016).

Dentro desta orientação surge uma nova abordagem ao processo de encolhimento, recorrendo-se ao uso do solo que outrora estava voltado para a expansão urbana, tanto habitacional como industrial, passando-se a procurar um desenvolvimento orientado para o futuro que potencialize a identificação de desenvolvimentos urbanos novos, através de consultores externos, políticos e cidadãos (Liebmann & Kuder, 2012).

Em Ostrava, na República Checa, o foco das políticas para esta cidade em encolhimento assentou no combate à segregação social de minorias étnicas por via de melhorias das suas habitações no centro urbano, envolvendo intervenientes desde o poder nacional e local, até ONG's e a Cáritas Diocesana (Cortese et al., 2014). Nesta cidade o *smart shrinking* foi aplicado em questões de uso do solo, pois outrora, Ostrava foi uma cidade industrial que deixou uma herança de terrenos contaminados ou ocupados com as infraestruturas desse sector económico, encontrando-se ao abandono. Portanto, converteram a paisagem industrial numa atracção sobre o património industrial da cidade melhorando a qualidade desta através da descontaminação dos solos (Rink et al., 2010).

No caso de Génova, em Itália, embora tenha existido uma preocupação com a coesão social, as estratégias políticas passaram mais pela regeneração urbana que

permite uma maior coesão social por via de uma melhor qualidade habitacional (Cortese et al., 2014).

Em Amesterdão, o município tornou-se menos intervencionista para estimular o mercado e a participação social através da classe criativa, reutilizando escritórios abandonados ou fechados para usos temporários, como foram os casos de Ijburg ou Amstel III, submetidos a alterações que permitissem estas áreas periféricas da cidade terem um desenvolvimento sustentável. Esta prática é definida como “orgânica”, que apesar do poder local acompanhar de perto, pretende ser menos intervencionista, respondendo às necessidades do momento ao invés de limitar com um plano restritivo (Savini, Boterman, van Gent, Majoor, 2016).

O encolhimento inteligente tem também preocupações ambientais que passam pelo encorajamento à preservação de áreas vacantes, tornando-as mais verdes através de parques ou espaços de lazer (Hollander, 2011). Numa perspectiva de aproveitamento do espaço urbano, em Detroit, Estados Unidos, o património edificado do centro da cidade foi mantido e completado com espaços de lazer, permitindo à população beneficiar de eventos culturais que podem ser usufruídos nestes espaços vacantes.

Completando este argumento, o German Shrinking Cities Project (2008) citado em Hollander & Németh (2011, p.356) menciona que “um espaço pode ser desconstruído, reavaliado, reorganizado, ou imaginado sem consideração pela história, cultura ou ecologia”, embora seja necessário existir um equilíbrio entre a comunidade e o poder de decisão.

A influência de determinados atores é evidente nas políticas federais alemãs no século XXI, onde os interesses imobiliários interferem na construção das políticas. Exemplo disso é a demolição de habitações vagas com financiamento público proveniente do Programa de Reestruturação Urbana, que posteriormente dariam lugar a novos empreendimentos, em vez de se realizarem melhorias nessas habitações, que também estavam previstas no programa federal (Radzimski, 2016). A opção dos municípios por demolir em vez de reabilitar justificava-se, além dos interesses imobiliários, pela necessidade de participação financeira de um terço do total gasto na melhoria das habitações, o que não ocorria nas demolições porque eram totalmente financiadas.

Cortese et al. (2014) apontam bons usos de fundos europeus em Leipzig; exemplos disso são o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) cujo foco foi o desenvolvimento sustentável urbano e a revitalização dos espaços vacantes, mas também o FSE (Fundo Social Europeu) que se aplicava em questões sociais,

como a cooperação e integração da comunidade no planeamento urbano, o fortalecimento da coesão social e o apoio à economia local através de investimentos para pequenos negócios. Estes fundos seriam faseados, decorrendo durante 2000-2006 e 2007-2013. Além destes fundos comunitários, a cidade beneficiou de uma iniciativa federal, a *Stadtumbau Ost*, que financiava demolições de edifícios residenciais excedentários para criação de infraestruturas verdes.

2.2. O encolhimento urbano nas políticas urbanas da União Europeia

No contexto europeu, a União Europeia detém um papel fundamental na elaboração de políticas e de orientações de política para os países membros, nomeadamente em termos de coesão territorial e desenvolvimento urbano. A União Europeia tem procurado desde 1986 tornar o espaço comunitário mais coeso, tanto a nível económico como a nível social, tendo elaborado uma estratégia de aposta na inovação e inclusão preconizada no Tratado de Lisboa e na estratégia Europa 2020. Em relação ao desenvolvimento urbano, a U.E. pretende ver aproveitado o potencial criativo e inovador das cidades, bem como solucionar os problemas urbanos (e.g. desemprego, segregação, pobreza).

A União Europeia procura desenvolver respostas que aproveitem os pontos fortes de cada território, gerir a concentração dos impactos negativos e positivos (e.g. poluição e oferta de emprego, respectivamente), e estabelecer uma maior proximidade e cooperação entre os territórios, disponibilizando fundos que devem ser aplicados consoante os objectivos. O FEDER apoia os temas relacionados com a investigação e desenvolvimento (I&D), e economia. O FSE destina-se às questões laborais, inclusão social e combate à pobreza, investimento na educação e melhorias na administração pública, e por último, o FC (Fundo de Coesão) destina-se às matérias ligadas ao ambiente e à utilização sustentável dos recursos. São apresentadas ainda recomendações – não vinculativas - e directivas – vinculativas - dirigidas aos estados membros, criando-se uma uniformização das políticas na U.E., embora as directivas possam ser implementadas de maneira distinta entre os países, enquanto os objetivos inerentes são comuns. As recomendações resultam numa apresentação de possíveis pontos de vista, que podem ou não ser seguidos.

Para confirmar a existência ou não de uma preocupação por parte da União Europeia em relação ao encolhimento urbano, foram analisados os seguintes

documentos, estratégias e instrumentos de política: Estratégia Europa 2020, Acordo de Parceria 2014-2020, Política de Coesão 2014-2020 e Agenda Urbana Europeia.

A Estratégia Europa 2020 apresenta-se como um quadro de referência que visa o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, de maneira a resolver as deficiências da economia, melhorar a competitividade e produtividade, e ainda, possibilitar a existência de uma economia social de mercado sustentável. Nesta estratégia são contemplados cinco princípios: emprego, investigação e desenvolvimento, mudanças climáticas e energia, educação, pobreza e exclusão social (Comissão Europeia, 2017). Estes cinco pontos mencionados passam a ser as medidas, que ajustadas entre a União Europeia e o nível nacional, devem ser alcançados através de Acordos de Parceria.

A Política de Coesão 2014-2020 menciona a importância em seguir a estratégia indicada anteriormente, e ainda, o propósito de apoiar a criação de emprego, a competitividade, o crescimento económico, o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos nas regiões e cidade da União Europeia, através de diversos fundos que a U.E. dispõe no valor total de 336 mil milhões de euros (União Europeia, 2011).

Relativamente à Agenda Urbana Europeia, o documento refere nas primeiras páginas que “áreas urbanas de todos os tamanhos podem ser motores económicos que aumentam o crescimento, criam emprego para os seus habitantes e reforçam a competitividade na Europa perante uma economia globalizada” (União Europeia, 2016, p.3), sendo este o objectivo proposto neste documento.

A escolha dos documentos mencionados anteriormente procurou entender, de um modo abrangente, como a União Europeia planeia o futuro, dando especial atenção às questões urbanas, e se o encolhimento urbano é contemplado nas medidas preconizadas pela U.E. As questões urbanas são tratadas de modo comum em todos os documentos, ou seja, existe a preocupação em obter coesão social por via de um crescimento sustentável, inclusivo e inteligente.

Da análise da Estratégia Europa 2020, da Política de Coesão 2014-2020 e da Agenda Urbana Europeia, conclui-se a inexistência de orientações políticas em relação ao encolhimento urbano, o que demonstra um enfoque nas políticas de crescimento no espaço comunitário, privilegiando-se a tendência de olhar a cidade apenas como local de crescimento. Confirma-se esta ideia também no Livro Verde da Coesão Territorial Europeia publicado pela Comissão Europeia em 2008 sobre as mudanças demográficas, onde se propõe o crescimento demográfico como solução das questões da população (Sousa e Pinho, 2014).

2.3. O encolhimento urbano nas políticas urbanas em Portugal

2.3.1. De nível nacional

Ao nível nacional foram analisados o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o Portugal 2020.

Assim como nas políticas de nível europeu, pretendeu-se com estes documentos fazer uma análise genérica das políticas e estratégias existentes de nível nacional em Portugal. Consultados esses documentos, conclui-se que as questões urbanas são sempre abordadas por via do crescimento, o que demonstra a inexistência de qualquer preocupação pela questão do encolhimento urbano, embora existam algumas medidas para a resolução de problemas que são verificados numa cidade em encolhimento, como por exemplo o facto do PO Temático Inclusão Social e Emprego pretender integrar pessoas em risco de pobreza com medidas de intervenção e apoio aos grupos mais desfavorecidos.

O PNPOT de 2006 apresenta orientações, estratégias e modelos territoriais com o propósito de elaborar uma estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial por via de objectivos estratégicos, objectivos específicos e medidas, que serão complementados com directrizes que contribuem para a concretização deste programa nacional. O documento identificava o despovoamento das áreas rurais do Interior como um problema, assim como o despovoamento dos centros das cidades devido à dispersão urbana, apresentando medidas para combater ou contrariar estas tendências, mas em momento algum o encolhimento urbano aparecia identificado como um desafio a considerar nas políticas territoriais nacionais.

Nem no QREN, documento que foi referência no período temporal de 2007 a 2013 para a aplicação das políticas comunitárias de coesão económica e social em Portugal, nem no Portugal 2020, que surge na sequência da Europa 2020 e concretizou o Acordo de Parceria estabelecido com a Comissão Europeia para o período 2014-20, se encontrou qualquer preocupação com o encolhimento urbano, prevalecendo uma abordagem assente em medidas que favorecem o crescimento como modo para amenizar as desigualdades territoriais.

2.3.2. De nível regional

À escala regional, pretendeu-se conhecer as políticas e estratégias tomadas nos últimos anos em vista ao desenvolvimento da região onde se localiza Tomar, e averiguar eventuais preocupações relacionadas com o encolhimento urbano. Os documentos aqui tratados foram: Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT), QREN, Planos Territoriais de Desenvolvimento (PTD) e Centro 2020.

No PROT-OVT, os objetivos gerais são o desenvolvimento económico e social, bem como mitigar as assimetrias inter-regionais. O documento considera que estes objectivos só serão cumpridos por intermédio da atração de empresas, indústrias ou serviços, e de pessoas, com o intuito de valorizar a região na Europa e no mundo. Para alcançar estes resultados, o plano preconiza esforço na melhoria das acessibilidades e infraestruturas, de modo a poder beneficiar com a influência do novo aeroporto de Lisboa, da terceira ponte sobre o Tejo e ainda do TGV, cujos projetos acabaram por não se concretizar.

De salientar a importância dada pelo PROT-OVT à sub-região do Médio Tejo, composta por um subsistema urbano que “constitui uma estrutura polinucleada ancorada em cinco polos estruturantes (...), com um papel de charneira inter-regional e de potencial de localização de actividades logísticas” (PROT-OVT, 2009, p.58). Conforme Medeiros (1987), o que foi referido por Triângulo Industrial tornou-se mais tarde num polígono onde os vértices são Ourém/Fátima, Tomar, Torres Novas, Entroncamento e Abrantes.

Este documento apresenta o crescimento e a atratividade de empresas e pessoas para a região do Oeste e Vale do Tejo como objectivos a atingir, cujas estratégias definidas teriam o turismo como motor económico. Assim, não existem orientações propriamente focadas nas questões endógenas da região ou das sub-regiões como fomentar maior coesão social e territorial, nem qualquer referência ao processo de encolhimento urbano, apesar de estarem mencionadas na matriz SWOT do PROT-OVT para discussão pública algumas características evidentes do fenómeno urbano em estudo, como por exemplo, o envelhecimento da população, o reduzido nível de especialização do capital humano ou a incapacidade de rivalizar com a Área Metropolitana de Lisboa, o que se relaciona com a periferização.

Durante a vigência do QREN, a então sub-região do Médio Tejo, onde se situa Tomar, passou a integrar a região Centro. Nesta região, as agendas temáticas do QREN eram asseguradas pelos programas operacionais temáticos respetivos, ou seja,

Programa Operacional de Potencial Humano (PO-PH), Factores de Competitividade (PO-FC) e Valorização do Território (PO-VT), bem como pelo Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro).

O Programa Operacional Regional Mais Centro, como os outros programas operacionais regionais, incluía medidas específicas para a regeneração urbana, por via da valorização e qualificação ambiental, para que as cidades fossem competitivas e inovadoras.

Durante o QREN, os Planos Territoriais de Desenvolvimento (PTD) foram elaborados pelas Comunidades Intermunicipais, que integravam todos os municípios de uma ou mais NUTS III. O objectivo dos PTD seria gerir os investimentos que um conjunto de municípios pretendesse realizar, através do controlo de duplicação de investimentos com finalidades iguais e com reduzida sustentabilidade, dar racionalidade aos mesmos, e garantir acessibilidade a investimentos que individualmente seriam impraticáveis.

O PTD do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul foi elaborado com os seguintes eixos estratégicos: 1) afirmação de uma rede urbana relevante e atrativa; 2) afirmação das vantagens de localização empresarial como alavanca de competitividade regional; 3) valorização turística do património e sustentabilidade dos recursos endógenos; 4) educação básica de excelência; 5) montagem de um sistema de governança regional.

Entre 2007 e 2013, 11,3% do FEDER total aprovado pelo Mais Centro destinou-se a projectos das NUTS III Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, que correspondem ao PTD referido anteriormente.

O primeiro eixo – afirmação de uma rede urbana relevante e atrativa – procurou alcançar uma maior qualidade de vida nos centros de menor dimensão e densidade demográfica. De modo a realizar este objectivo recorreu-se a parcerias de regeneração urbana, a redes urbanas para a competitividade e inovação, e a equipamentos para a coesão local e mobilidade territorial, que assim permitiram a requalificação urbana e de espaços públicos, reabilitações e remodelações, ou dinamização dos municípios, entre outras.

Em Tomar, este eixo possibilitou a requalificação urbana próxima do Convento de Cristo, a criação no edifício Cândido Madureira do pólo cultural, científico e de apoio ao empreendedorismo, o festival das estátuas vivas e a renovação do posto de turismo.

Em relação à competitividade regional (segundo eixo), estudou-se a possível localização mais vantajosa para as empresas de modo a estruturar o território e a dinamizar atividades económicas, e ainda, conceber uma rede de conhecimento e

formação avançada. Esta parceria entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico beneficiou da existência do Instituto Politécnico de Tomar, através dos seus pólos em Tomar e Abrantes, da incubadora de empresas InovPoint, no Tagus Valley ou Tecnopolo do Vale do Tejo, sitiado em Abrantes – que pertence à Rede de Incubadoras de Empresas da Região Centro (RIERC) -, e do Centro Tecnológico da Industrias do Couro, em Alcanena.

Na valorização turística e sustentabilidade dos recursos, o foco passou pelo desenvolvimento de actividades e na sua promoção, como foi o exemplo da Mata dos Sete Montes, em Tomar, cujo projecto procurou valorizar e requalificar este espaço de modo a aproximar o elemento patrimonial ao centro histórico da cidade.

O quarto eixo deste PTD correspondia ao investimento no parque escolar, criando uma rede de equipamentos e serviços urbanos que aumentem as qualificações e competências dos recursos humanos. Por último – quinto eixo -, a montagem de um sistema de governança regional necessitava do aumento da capacidade das instituições, da eficiência e simplificação administrativa, e ainda, do *marketing* territorial.

Similarmente a outros documentos, não é reconhecido o encolhimento urbano, embora as medidas preconizadas no PTD do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul procurem amenizar problemas sociais, económicos e territoriais, que se verificam no fenómeno estudado. As medidas preconizadas como a regeneração urbana, a valorização do turismo, a dinamização das actividades económicas e o aumento das qualificações e competências dos recursos humanos, parecem demonstrar uma ideia de banalização perante o encolhimento urbano, ou, quando muito, uma atitude de contrariar.

Em 2014, para preparar o novo período de programação financeira comunitária, surge alinhado com o Portugal 2020 o Programa Operacional Regional Centro 2020, ou apenas Centro 2020, e quatro programas operacionais temáticos, além do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) e do Programa Operacional para os Assuntos do Mar (FEAMP).

Referente aos programas operacionais temáticos, entre o QREN e o Portugal 2020, deu-se uma atualização da nomenclatura dos mesmos, ou seja, seguindo a ordem dos programas referidos anteriormente: Programa Operacional Capital Humano (PO-CH); Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO-CI); Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO-SEUR); e o quarto e novo, Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO-ISE).

O PO-CH destina-se a financiar acções de formação de modo a melhorar o papel do ensino e da formação na entrada para o mercado de trabalho, já o PO-CI incentiva a investigação e o desenvolvimento tecnológico, bem como a qualificação e a internacionalização das pequenas e médias empresas (PME), e a inovação empresarial e o empreendedorismo. O PO-SEUR, por seu turno, destina-se às questões da eficiência energética, das alterações climáticas e protecção do ambiente. Por último, o PO-ISE consistia em acções de iniciativa do emprego jovem (estágios e apoios à contratação), especialmente para aqueles que abandonaram os estudos ou são marginalizados.

O Centro 2020 divide-se em três abordagens: Investimentos Territoriais Integrados (ITI), Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e Acções Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS), sendo apenas relevante para esta dissertação analisar a última.

As medidas preconizadas nas AIDUS são a valorização da estrutura urbana e na promoção da atractividade e da competitividade das cidades, recorrendo a projectos de intervenção nos centros urbanos, através de três prioridades: 1) promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação; 2) adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas (incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído; 3) apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

Na cidade de Tomar foram definidos um conjunto de estratégias, por exemplo os Programas de Ação para a Reabilitação Urbana (PARU) e os Planos de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). Estas abordagens justificam-se pelo facto de Tomar ser mencionada como um dos centros urbanos estruturantes, beneficiando dessa forma do financiamento do FEDER.

A delimitação da ARU abrange o centro da cidade, a encosta do Convento e da Mata dos Sete Montes, bem como outras áreas mais recentes conexas ao centro histórico. Aqui integram o Bairro da Nossa Senhora dos Anjos, o Bairro 1º de Maio e a margem esquerda do Rio Nabão junto ao Flecheiro, que fazem parte do PAICD, bem como o Bairro Social Nabância, embora este não seja incluído na ARU.

Tal como sucedeu no período 2007-2013, não há um reconhecimento do encolhimento urbano como problema no POR nem se identificam medidas específicas

para responder a este desafio, continuando antes a insistir-se em ações gerais de revitalização urbana e de melhoria ambiental.

2.3.3. De nível local

Após a análise das políticas e orientações regionais, entra-se finalmente na escala local. Aqui enquadram-se políticas e medidas que são aplicadas quer no concelho, quer na cidade de Tomar, prevalecendo o foco na cidade.

Numa avaliação genérica, a Câmara Municipal de Tomar (CMT) tem aplicado na sua cidade as orientações referidas anteriormente nos planos regionais. Existe nos últimos anos uma preocupação em reabilitar o centro histórico e certas áreas urbanas mais debilitadas - incluídas na ARU -, a melhoria dos espaços verdes e construção de infra-estruturas, que por conseguinte, melhoram a qualidade de vida. No âmbito da cultura, a cidade destaca-se pela grande oferta de eventos, em parceria com as diversas entidades locais, e na tentativa de aproximar mais o Convento de Cristo ao espaço urbano. Resta referir o papel que o Instituto Politécnico de Tomar tem desempenhado, em parceria com a CMT, na atração de empresas da área das tecnologias de informação e comunicação, como é o exemplo da SoftInsa.

O Plano Director Municipal (PDM) em vigor data de 1994 (encontra-se em revisão) e tem como objectivos: 1) criar empregos para fixar população e contrariar as tendências demográficas negativas; 2) reforçar a projecção urbana de Tomar (melhoria das infraestruturas e equipamentos e, reforço dos serviços); 3) melhorar a qualidade de vida das populações; 4) recuperar e preservar a qualidade ambiental.

No que diz respeito às estratégias do PDM de Tomar, estas passam pela promoção de diversos sectores como a indústria e o turismo, de modo a aumentar a dimensão urbana e melhorar a imagem da cidade na região.

Após a análise do PDM, verificou-se a ausência de qualquer referência específica ao encolhimento urbano, apesar de serem abordadas preocupações relativas à perda de habitantes. Assim, depreende-se deste plano que vigoraram até ao presente políticas que ou ignoraram ou apenas visaram contrariar as tendências demográficas recessivas.

No presente, apesar de não existir qualquer referência ao encolhimento urbano nos documentos sobre a cidade, as políticas passam por um misto de opções. No âmbito económico existe uma tendência para cativar mais empresas ou publicitar o turismo na cidade para gerar riqueza, em parte orientado pelas políticas regionais.

Desta forma a orientação política local, segundo a tipologia de Hospers (2014), completado por Cortese et al. (2014), Hollander (2011), Martinez-Fernandez et al. (2016) e Savini et al. (2016), parece ser a de contrariar o encolhimento urbano.

III. O Encolhimento Urbano na Cidade de Tomar

3.1. Evolução histórica da cidade de Tomar

A cidade de Tomar localiza-se na NUTS III Médio Tejo, que por sua vez faz parte da NUTS II Centro, e é a sede de concelho com o mesmo nome. O município integra-se no chamado Triângulo Industrial de Torres Novas-Tomar-Abrantes, que constitui uma antiga área de especialização produtiva no interior de Portugal.

A cidade ocupa 12km² onde habitam 14842 habitantes (2011) e o concelho tem uma dimensão de 351,2km², com uma população de 40677 habitantes. O município tem presentemente onze freguesias, encontrando-se a cidade de Tomar na atual União das Freguesias de Tomar, outrora composta por duas freguesias – Freguesia de São João Baptista e Freguesia de Santa Maria dos Olivais.

Tomar é atravessada pelo Rio Nabão de norte para sul, que é afluente do Rio Zêzere. É conhecida por ser a cidade dos templários devido à presença do Convento de Cristo e pela Festa dos Tabuleiros, que decorre de quatro em quatro anos no mês de julho, tendo sido instituída pelo rei D. Dinis, inserida no culto do Espírito Santo.

O Convento de Cristo data do século XII e está ligado à Ordem dos Templários, mais tarde denominada Ordem de Cristo. Este monumento é Património Cultural da Humanidade pela UNESCO desde 1983, sendo a Janela do Capítulo, de estilo manuelino, um dos destaques do monumento.

Figura 1 – Localização do concelho de Tomar na NUTS II Centro e na NUTS III Médio Tejo.

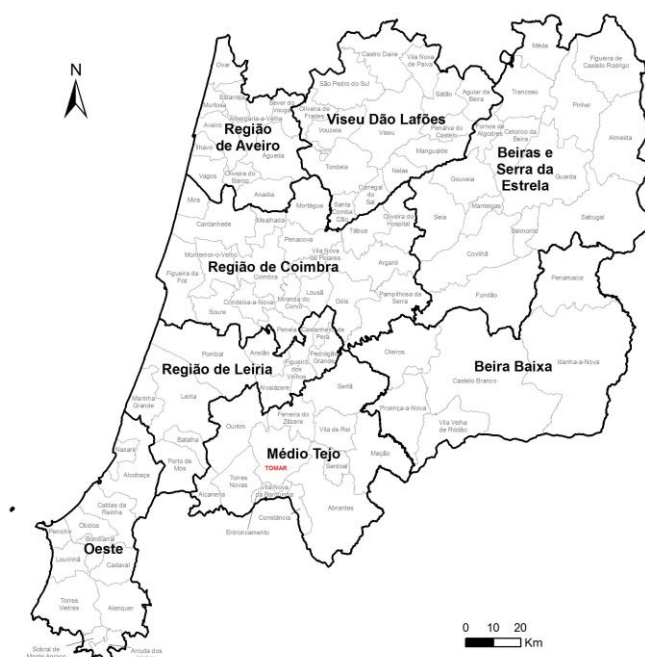
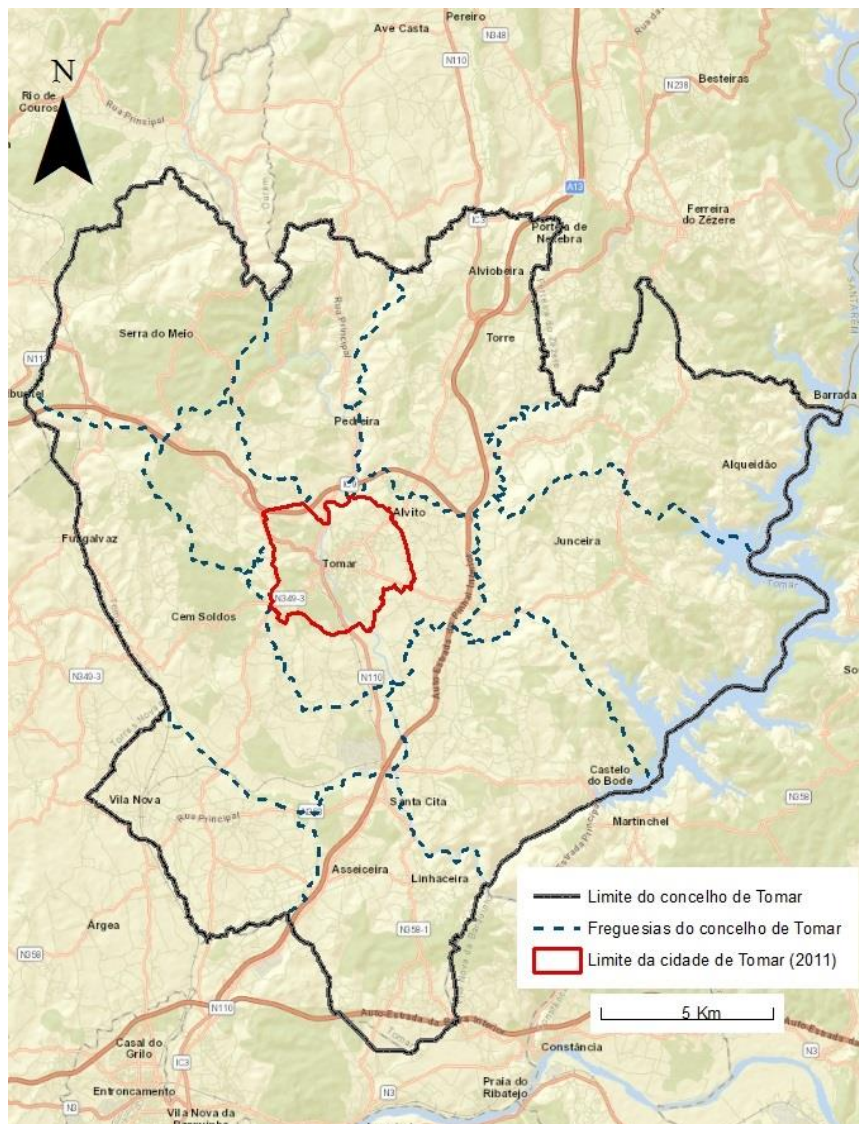


Figura 2 – Limites do concelho de Tomar, das freguesias e da cidade.



Fonte: Elaboração Própria a partir do Software ArcGIS, com base no INE.

No que diz respeito às acessibilidades rodoviárias, a cidade é servida pelo IC9 – eixo de ligação à Nazaré e à A1 através de Fátima -, e pela A13, que liga a cidade a Coimbra e à A23. O transporte ferroviário é efectuado pelo ramal de Tomar que se conecta à Linha do Norte e tem viagens directas para Lisboa.

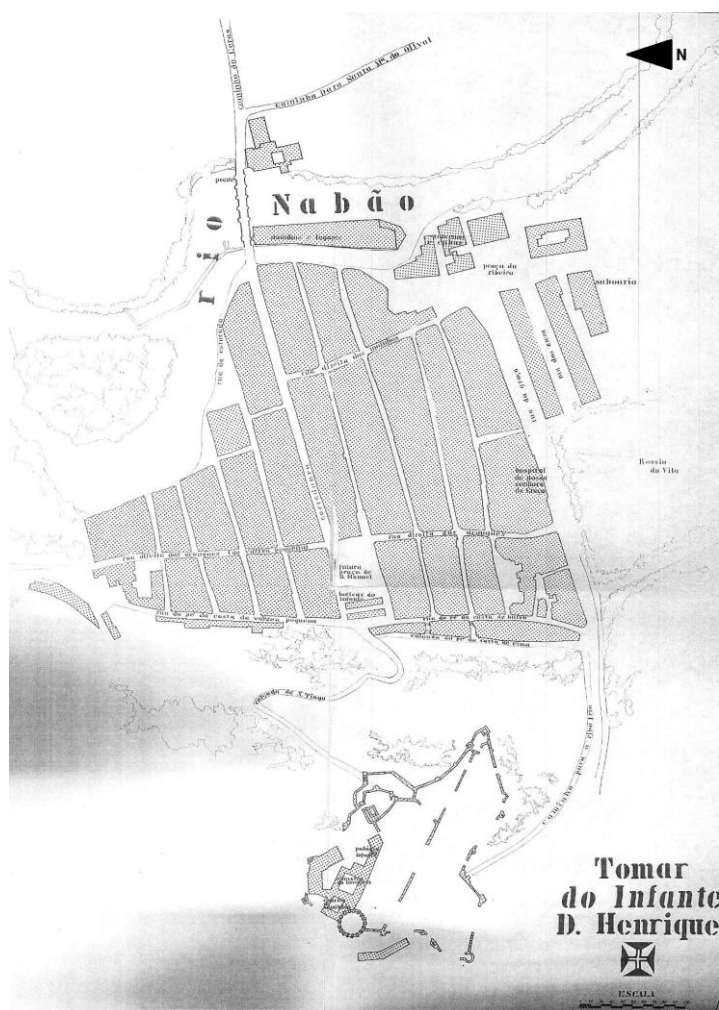
No contexto nacional, a cidade de Tomar é uma cidade média que ocupa uma posição relativamente central no país. A proximidade da capital (Lisboa) e a A23 aproximam Tomar do estrangeiro, por via aérea e rodoviária. Desde 1996, Tomar tem uma instituição de ensino superior - Instituto Politécnico de Tomar -, o que pode ser um foco de inovação e de qualificação dos recursos humanos ajustada às necessidades do tecido produtivo e empresarial, e ainda um pólo cultural e histórico nacional e internacional, uma vez que o Convento de Cristo foi designado Património Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1983.

Recuando no tempo, desde o Paleolítico que a área junto do Rio Nabão, onde se desenvolveu Tomar, tem vestígios da presença humana. A existência de solos férteis foi um fator importante na fixação de populações humanas, estando documentada a existência de povoamento desde o Paleolítico (Costa Rosa, 1991; in Ferreira & Rosa, 1991). A necessidade de defesa levou à construção de uma fortaleza na vertente esquerda da linha de água, mais tarde designada Sellium pelos Romanos, e que acabou por se afirmar graças à estrada entre Bracara Augusta - atual Braga - e Olisipo - atual Lisboa (Alarcão, 1988).

Em 1160, durante a Reconquista da Península Ibérica, os terrenos junto ao Rio Nabão foram dados aos Templários, e o Mestre da Ordem do Templo, Gualdim Pais, escolheu o monte do Convento para a construção da Torre de Menagem para defesa contra os Mouros. Esta presença militar atrai população que, ao longo do tempo, fomentou a expansão para fora das muralhas, ou seja, para junto da Corredoura. Este eixo perpendicular ao Rio Nabão, com propósitos bélicos – treino dos Templários durante a Reconquista foi estruturante para a expansão urbana, albergando ao seu redor comércio e moradores.

A partir do século XV, em tempos do Infante D. Henrique como governador da Ordem de Cristo, a malha urbana de Tomar ganha a organização que hoje em dia detém no centro histórico (Costa Rosa, 1991; in Ferreira & Rosa, 1991).

Figura 3 – Morfologia de Tomar à época do Infante D. Henrique.



Fonte: J. Ferreira & J. Rosa (Ed.), 1991

No século XVIII, devido ao aumento da população, deu-se a expansão de Tomar para a margem direita do rio, designada Além da Ponte. Ainda nesse século, constrói-se a Real Fábrica de Fiação de Algodão (1771), aproveitando a antiga fábrica de meias de seda e algodão, tornando-se na grande unidade fabril da época. Foram igualmente importantes para o crescimento de Tomar as indústrias do papel e da celulose, beneficiando da existência da matéria-prima na área circundante. Por escolha do Marquês de Pombal, Jácome Ratton fica encarregue da gestão da Real Fábrica. A escolha para a localização desta indústria deveu-se à existência de boas acessibilidades ao litoral, tanto a Leiria como a Lisboa, bem como de recursos hídricos, neste caso em específico indispensáveis para o funcionamento da fábrica de fiação (Medeiros, 1987).

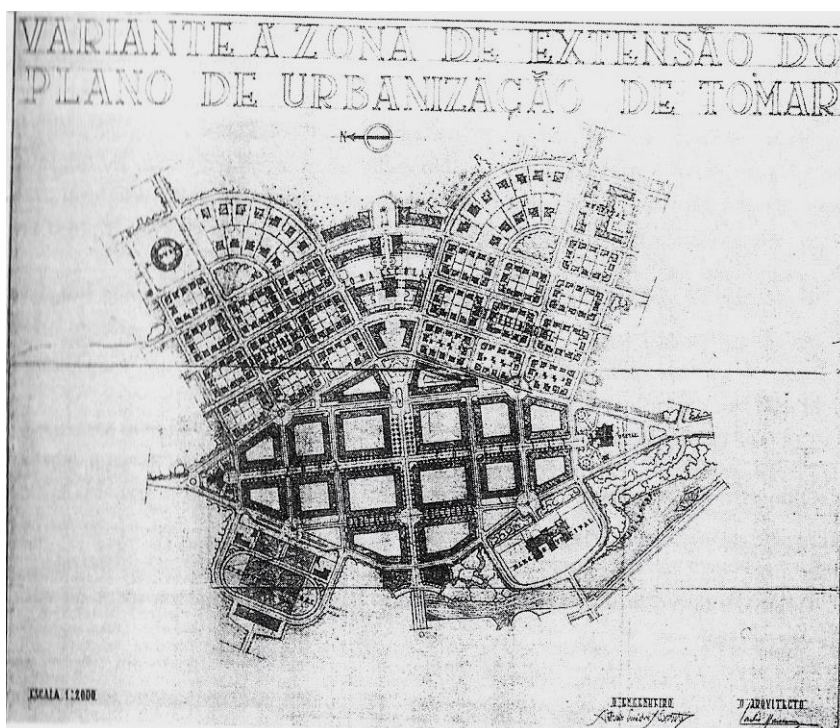
A 13 de Fevereiro de 1844, D. Maria II eleva Tomar a cidade. Contudo, mais tarde, a cidade perde importância, dado que o trajeto entre Lisboa e Porto sofre um desvio para Caldas da Rainha. Mesmo assim, mantendo as unidades fabris, Tomar

assegura um papel importante regional, consagrado com a construção da Escola Industrial e Comercial Jácome Ratton, em 1884.

Graças a uma conjuntura favorável de redes de comunicações (fluvial e terrestre) durante séculos e à construção do caminho-de-ferro no século XIX na proximidade (Entroncamento), Tomar e as cidades vizinhas puderam exercer maior concorrência a Lisboa, sendo assim designada esta região de Triângulo Industrial de Torres Novas – Tomar – Abrantes, pelo crescimento industrial verificado no século XX (Medeiros, 1987). O século XX trouxe um aumento da população de Tomar, influenciado pela presença de serviços, vias de comunicação e equipamentos, mas também pelo nascimento do Grupo Mendes Godinho (1917), que além de fundar a maioria das indústrias da cidade, tinha sido responsável pela compra da concessão de distribuição eléctrica em 1914. Além da existência de oferta de empregos, a construção de bairros operários desempenhou um papel fundamental na fixação da população que deixava as áreas rurais e de montanha da bacia do Zêzere, permitindo aos operários residirem junto dos seus locais de trabalho (Barata Salgueiro, 1992)

O crescimento vivido entre as décadas de 1940 e 1950 na cidade de Tomar obriga à criação de um novo plano de urbanização, que consistiu na construção de grandes avenidas como eixos estruturantes, de forma a corresponder à expansão urbana.

Figura 4 – Planta do Plano de Urbanização de Tomar de 1942.



Fonte: Paiva, A. (1997). p.50

Porém, segundo Barata Salgueiro (1992), a partir da década de 1960, com a crescente importância do transporte rodoviário, a cidade de Tomar começa a ressentir-se do afastamento dos principais eixos viários entre Lisboa e Porto (EN1), via Leiria, – um pouco à semelhança do que ocorreu no século XIX com a alteração da estrada para Caldas da Rainha – tornando outros locais acessíveis, trazendo desse modo maior concorrência regional à cidade de Tomar na disputa pela atratividade, que foi agravada anos mais tarde com a construção da A1.

Além da localização geográfica menos privilegiada relativamente às cidades que se encontram junto dos novos eixos principais ferroviários e rodoviários, o Grupo Mendes Godinho – que chegou a ter 1200 trabalhadores (Lopes, s.d.) e detinha fábricas de alimentos para gado, cerâmicas, extração de óleos e placas de madeira prensada, bem como a Casa Bancária Mendes Godinho (sector financeiro),- acabou por colapsar nos anos 1990, principalmente devido à baixa capitalização da empresa, mas também causada pela incapacidade de se modernizar e competir. Consequentemente, as fábricas foram encerradas ou vendidas, o que gerou mais desemprego (O Mirante, 2007, fevereiro 21).

Após a queda deste grupo industrial e financeiro, a cidade de Tomar perde o seu maior sustentáculo económico, ficando numa situação de desvantagem em comparação com as cidades vizinhas que, por nunca terem tido um papel de destaque na região, apostaram nas décadas após o fim do Estado Novo em serviços. Exemplo disso é o caso do Entroncamento, com o seu *hub* logístico, a cidade de Fátima (concelho de Ourém), que se desenvolveu graças ao turismo religioso, e ainda, as cidades da Marinha Grande e Leiria, a primeira tornada num local estratégico para o aparecimento de indústrias inovadoras (e.g. moldes de plástico) - através do protocolo entre o Instituto Politécnico de Leiria e a Associação Nacional da Indústria de Moldes (Cemafol) -, e a segunda por via da logística devido ao eixo rodoviário directo a Lisboa (A8).

Segundo alguns dos nossos interlocutores do estudo de caso, durante o Estado Novo o poder local em Tomar beneficiava de alguns privilégios dados pelo governo central comparativamente aos concelhos vizinhos, no que diz respeito à capacidade de decisão, implementação de políticas económicas ou urbanas, por exemplo, e de influência regional, que foram perdidos após a revolução de 25 de abril de 1974, aquando do processo de democratização do país. Porém, existiu um esforço nas últimas décadas para devolver a influência de outrora. Neste sentido, destacam-se os investimentos em equipamentos de saúde com a construção do Hospital Distrital de Tomar (1997-2002), de educação com o Instituto Politécnico de Tomar (1996), e de

transporte pela relevância da conexão de Tomar aos principais eixos rodoviários nacionais através da A13 (ligação entre Coimbra e a A23) e o IC9 (ligação ao litoral), bem como a manutenção do funcionamento do ramal de Tomar com as ligações ferroviárias a Lisboa. Além destes três investimentos referidos, foram construídas ou requalificadas outras infraestruturas na cidade com a intenção de melhorar a qualidade de vida e aumentar a oferta de desporto ou lazer (p.e., Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, o Complexo Desportivo Municipal de Tomar ou a requalificação das margens do Rio Nabão, inseridas no Programa Polis).

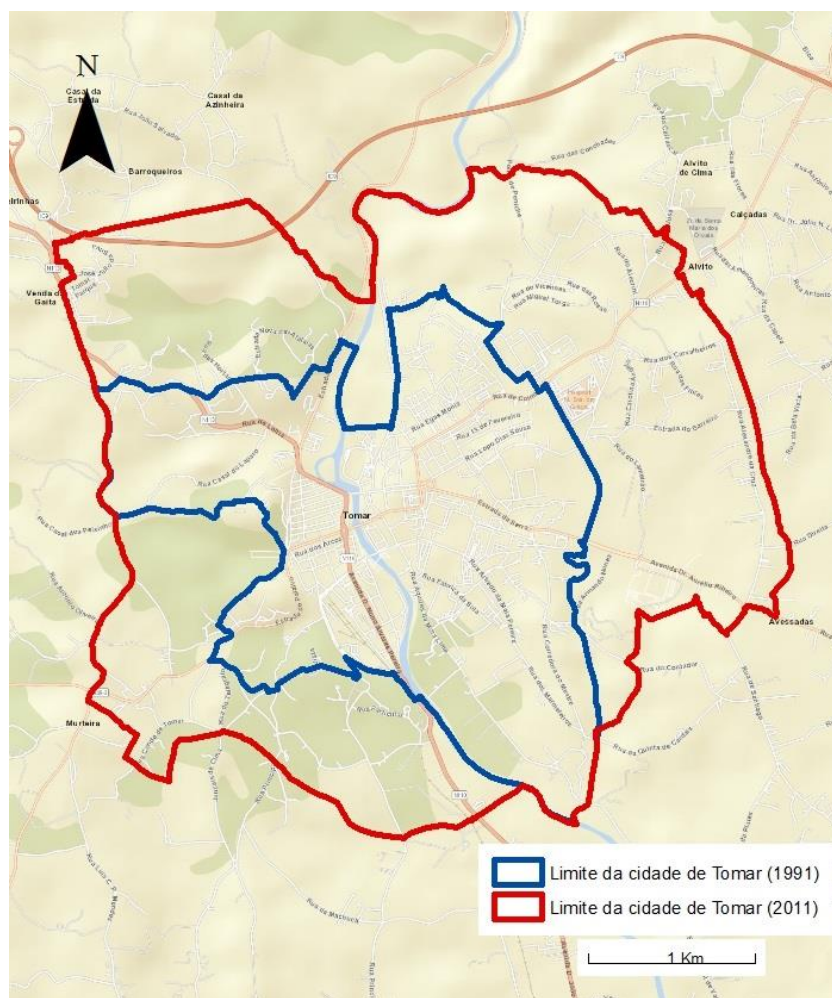
Recentemente, Tomar tem vindo a apostar no sector terciário, em especial no turismo cultural, como são o caso do Festival das Estátuas Vivas ou o estabelecimento da cidade na Rota Europeia das Cidades Templárias e na Rede das Judiarias.

3.2. Sinais de encolhimento urbano na cidade de Tomar

A cidade de Tomar é uma das cidades portuguesas em encolhimento, como referido nos trabalhos de Panagopoulos e Barreira (2013), Guimarães et al. (2015) e Alves et al. (2016). Este processo urbano pode ser percebido a partir de vários indicadores, desde logo demográficos.

Ao longo dos últimos vinte anos, o perímetro urbano oficial de Tomar alterou-se. Tal facto torna inviável comparar diretamente a evolução demográfica considerando os valores estatísticos da cidade. Para contornar esta dificuldade, apurámos os valores dos censos da população e da habitação por subsecção e agregámo-los tendo em conta as configurações geográficas da cidade em 1991 e em 2011, o que tornou possível retratar a evolução.

Figura 5 – Limites da cidade de Tomar nos anos de 1991 e 2011.



Fonte: Elaboração própria a partir do Software ArcGIS, com base no INE.

Os três indicadores escolhidos para medirmos o encolhimento urbano foram a variação da população, a densidade demográfica e o número de alojamentos vagos.

Tabela 1 – População residente, densidade demográfica e taxa de variação da População, na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

	1991		2001		2011		Taxa de Variação da População		
	Pop. (hab.)	Dens. (hab/km ²)	Pop. (hab.)	Dens. (hab/km ²)	Pop. (hab.)	Dens. (hab/km ²)	91-01	01-11	91-11
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 1991)	13805	2761,0	14065	2813,0	13221	2644,2	1,9%	-6,0%	-4,2%
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 2011)	16678	1389,8	15764	1313,7	14842	1236,8	-5,5%	-5,9%	-11,0%
Resto do Concelho (s/ área da cidade 2011)	26461	78,0	26844	79,1	25835	76,2	1,5%	-3,8%	-2,4%
Concelho de Tomar	43139	121,3	42608	121,3	40677	115,8	-1,2%	-4,5%	-5,7%

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos dos Censos de 1991, 2001 e 2011 do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Como se constata na tabela 1, a cidade de Tomar desdensificou-se de 1991 para 2011, tendência que é mais patente ainda quando se considera o perímetro alargado de 2011. O mesmo se observou, de resto, no conjunto do concelho. Contudo, podemos identificar duas fases de evolução diferenciada ao longo do período em análise. Numa primeira fase, correspondente aos anos 1990, a evolução é mais contrastada e contraditória, com alguma densificação da área mais central da cidade (perímetro de 1991) e dispersão da população nas freguesias rurais, apesar de, globalmente, a população no concelho diminuir. Entre 2001 e 2011, a tendência de regressão demográfica torna-se mais visível e uniforme, atingindo a cidade e as freguesias rurais, embora mais severamente a primeira. Considerando a cidade com os limites de 2011, verificamos que Tomar perdeu 11% da sua população entre 1991 e 2011, passando de 16.678 habitantes para 14.842, enquanto o concelho no seu todo perdeu 5,7% dos habitantes.

Os sinais de encolhimento urbano são também patentes quando se analisa a evolução do parque habitacional, que contempla os alojamentos totais, os alojamentos familiares de residência habitual, os alojamentos familiares de residência secundária e os alojamentos familiares vagos (tabela 2 e 3).

Na análise do parque habitacional, verifica-se um crescimento da oferta de habitação no concelho que contradiz a tendência da contração da população. Isto deve-se ao crescimento das residências secundárias (41,1% entre 1991 e 2011), mas também como efeito ou consequência do aumento dos alojamentos vagos, que passam de 10,1% em 1991 para 14,3% em 2011.

Destacam-se também duas tendências contraditórias: o crescimento da residência secundária nas áreas rurais do concelho, que passou de 24,4% em 1991, para 29,4% em 2011; e o crescimento dos alojamentos vagos (casas desabitadas) na cidade, realçando o centro da cidade de Tomar - limite restrito -, com um aumento de 106,5% entre 1991 e 2011.

Portanto, entre 1991 e 2011 a cidade de Tomar perdeu população e por consequência diminuiu a sua densidade demográfica. Em contraste com esta tendência, continua a produzir-se habitação e a aumentar o ambiente construído, o que pode demonstrar alguma desatenção ou capacidade de resposta em tempo do mercado e do sistema de planeamento às tendências demográficas. A área central da cidade apresenta maior percentagem de alojamentos vagos, o que evidencia a perda de interesse ao longo dos anos por esta área urbana, levando a um gradual afastamento da população e à degradação do espaço urbano e edificado.

Tabela 2 – Número e percentagem de alojamentos totais e por tipo de alojamento na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

	1991							2001							2011						
	Aloj. Totais	Aloj. Fam. Res. Habitual		Aloj. Fam. Res. Secundária		Aloj. Vagos		Aloj. Totais	Aloj. Fam. Res. Habitual		Aloj. Fam. Res. Secundária		Aloj. Vagos		Aloj. Totais	Aloj. Fam. Res. Habitual		Aloj. Fam. Res. Secundária		Aloj. Vagos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 1991)	6301	4801	76,2%	897	14,2%	603	9,6%	7193	5272	73,3%	1104	15,4%	817	11,4%	7932	5532	69,7%	1155	14,6%	1245	15,7%
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 2011)	7542	5747	76,2%	1076	14,3%	719	9,5%	7940	5861	73,8%	1202	15,1%	877	11,1%	8840	6219	70,4%	1250	14,1%	1371	15,5%
Resto do Concelho (s/ área da cidade de 2011)	14144	9219	65,2%	3453	24,4%	1472	10,4%	16114	9970	61,9%	4309	26,7%	1835	11,4%	17528	9985	57,0%	5139	29,4%	2404	13,7%
Concelho de Tomar	21686	14966	69,0%	4529	20,9%	2191	10,1%	24054	15831	65,8%	5511	22,9%	2712	11,3%	26368	16204	61,5%	6389	24,2%	3775	14,3%

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos dos Censos de 1991, 2001 e 2011 do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Tabela 3 – Variação do número de alojamentos por tipo na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

	Variação 1991-2001				Variação 2001-2011				Variação 1991-2011			
	Aloj. Totais	Aloj. Fam. Res. Habitual	Aloj. Fam. Res. Secundária	Aloj. Vagos	Aloj. Totais	Aloj. Fam. Res. Habitual	Aloj. Fam. Res. Secundária	Aloj. Vagos	Aloj. Totais	Aloj. Fam. Res. Habitual	Aloj. Fam. Res. Secundária	Aloj. Vagos
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 1991)	14,2%	9,8%	23,1%	35,5%	10,3%	4,9%	4,6%	52,4%	25,9%	15,2%	28,8%	106,5%
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 2011)	5,3%	2,0%	11,7%	22,0%	11,3%	6,1%	4,0%	56,3%	17,2%	8,2%	16,2%	90,7%
Resto do Concelho (s/ área da cidade de 2011)	13,9%	8,2%	24,8%	24,7%	8,8%	0,2%	19,3%	31,0%	23,9%	8,3%	48,8%	63,3%
Concelho de Tomar	10,9%	5,8%	21,7%	23,8%	9,6%	2,4%	15,9%	39,2%	21,6%	8,3%	41,1%	72,3%

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos dos Censos de 1991, 2001 e 2011 do Instituto Nacional de Estatística (2017).

3.3. Causas do encolhimento urbano na cidade de Tomar

Reconhecidos os sinais de encolhimento urbano na cidade de Tomar, devemos agora discutir as causas do processo urbano em estudo seguindo a tipologia identificada no subcapítulo 1.2.1.

A primeira hipótese que testámos foi a desindustrialização como causa de encolhimento urbano, onde foram trabalhados os seguintes indicadores: número de empresas da indústria, número de pessoal ao serviço na indústria e a população residente com atividade/empregada no sector secundário.

O número de empresas e o pessoal ao serviço na indústria considera tanto a indústria extrativa como a indústria transformadora. O espaço temporal tratado varia conforme a escala trabalhada em função da disponibilidade de informação, assim, à escala do concelho consideram-se os anos de 1985, 1995, 2005 e 2015. Na análise ao nível da freguesia – União das Freguesias de Tomar -, os anos com informação são apenas 2005 e 2015.

Em relação ao número de empresas no concelho, ambos os tipos de indústria apresentam uma redução entre 1985 e 2015 - perda de 50,0% na indústria extrativa e de 22,2% na indústria transformadora -, embora nesta última tenha ocorrido um crescimento de 25,3% entre 1985 e 1995. A redução do número de empresas no concelho de Tomar deveu-se principalmente ao colapso do Grupo Mendes Godinho, uma vez que este detinha várias unidades no concelho.

A redução do número de empresas de 1985 para 2015 foi acompanhada por uma diminuição pronunciada do emprego, tendo-se verificado uma perda de 37,5% dos postos de trabalho na indústria extrativa e uma redução de dois terços do emprego na indústria transformadora. Uma análise mais atenta dos dados mostra, porém, que essa diminuição do emprego industrial no concelho ocorreu de forma mais pronunciada após 1995.

Ao nível da freguesia urbana, apenas existem indústrias transformadoras, tendo-se observado uma diminuição de 27 empresas, entre 2005 e 2015, e uma redução de 68,8% no pessoal ao serviço.

Tabela 4 – Número e variação das empresas na União de Freguesias de Tomar, nos anos de 2005 e 2015.

	EMPRESAS		
	2005	2015	% 05-15
Industria Extrativa	0	0	0%
Industria Transformadora	50	23	-54,0%
Total	50	23	-54,0%

Tabela 5 – Número e variação do pessoal ao serviço na União de Freguesias de Tomar, nos anos de 2005 e 2015.

	PESSOAL AO SERVIÇO		
	2005	2015	% 05-15
Industria Extrativa	0	0	0%
Industria Transformadora	802	250	-68,8%
Total	802	250	-68,8%

Elaboração própria a partir de dados estatísticos do GEP/MTSS – SSISED/Quadros de Pessoal (2017).

Tabela 6 – Número e variação das empresas no concelho de Tomar, de 1985 a 2015.

	EMPRESAS							
	1985	1995	2005	2015	% 85-95	% 95-05	% 05-15	% 85-15
Industria Extrativa	4	3	2	2	-25,0%	-33,3%	0%	-50,0%
Industria Transformadora	99	124	133	77	25,3%	7,3%	-42,1%	-22,2%
Total	103	127	135	79	0,3%	-26,1%	-42,1%	-72,2%

Elaboração própria a partir de dados estatísticos do GEP/MTSS – SSISED/Quadros de Pessoal (2017).

Tabela 7 – Número e variação do pessoal ao serviço no concelho de Tomar, de 1985 a 2015.

	PESSOAL AO SERVIÇO							
	1985	1995	2005	2015	% 85-95	% 95-05	% 05-15	% 85-15
Industria Extrativa	24	52	20	15	116,7%	-61,5%	-25,0%	-37,5%
Industria Transformadora	3711	2479	2302	1242	-33,2%	-7,1%	-46,1%	-66,5%
Total	3735	2531	2322	1257	83,5%	-68,7%	-71,1%	-104,0%

Elaboração própria a partir de dados estatísticos do GEP/MTSS – SSISED/Quadros de Pessoal (2017).

A tabela 8 apresenta a população residente com emprego no setor secundário nos anos de 1991, 2001 e 2011, na cidade de Tomar. Em vinte anos, os residentes com atividade no setor secundário reduziram em dois quintos quando considerada apenas a área mais central da cidade, correspondendo ao perímetro de 1991, e em quase metade considerando a cidade com os seus limites atuais.

Tabela 8 – População residente empregada no sector secundário na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

	1991	2001	2011	% 91-01	% 01-11	% 91-11
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 1991)	1361	1152	803	-15,4%	-30,3%	-41,0%
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 2011)	1808	1349	951	-25,4%	-29,5%	-47,4%
Concelho de Tomar	6004	5110	3404	-14,9%	-33,4%	-43,3%

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos dos Censos de 1991, 2001 e 2011 do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Estes dados mostram a importância da “perda” económica como causa de encolhimento urbano, nomeadamente associada à desindustrialização.

Correlativo da desindustrialização, diminuíram as oportunidades de emprego como se comprova ao comparar as taxas de desemprego de 1991 para 2011 (tabela 9). Com efeito, verifica-se um aumento muito pronunciado do desemprego de 2001 para 2011, ocorrendo ao nível do concelho um aumento de 66,5%. À escala da cidade de Tomar, a taxa de desemprego entre 2001 e 2011 aumentou 76,5% - limite restrito -, e 70,3% - limite alargado. Isto significa que em 2011 quase 13% da população da cidade de Tomar estava desempregada, e 13,2% da população do concelho não tinha emprego.

Embora a taxa de desemprego incluía os três setores de actividade, o facto de se ter presenciado em Tomar uma desindustrialização nos últimos trinta anos, acabou por influenciar fortemente o número de população empregada no setor secundário que não conseguiu transitar desse setor para o setor terciário, por outras palavras, não obteve emprego no setor dos serviços, que se tornou a principal oferta de emprego nos últimos anos.

O colapso do Grupo Mendes Godinho agravou a situação de desemprego, contudo, não se comprova uma “perda massiva de empregos” porque não se deve ao

encerramento de uma grande unidade ou colapso de um ramo de actividade de forma abrupta, mas sim a um processo gradual, ou seja, a um processo de desindustrialização.

Tabela 9 – Taxa de desemprego na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

	Taxa de Desemprego					
	1991	2001	2011	% 91-01	% 01-11	% 91-11
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 1991)	7,49	7,35	12,97	-1,9%	76,5%	73,2%
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 2011)	7,70	7,51	12,79	-2,5%	70,3%	66,1%
Concelho de Tomar	8,03	7,95	13,24	-1,0%	66,5%	64,9%

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos dos Censos de 1991, 2001 e 2011 do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Sendo o encolhimento urbano um fenómeno normalmente multicausal, pretendemos averiguar também os factores de “transição” no encolhimento da cidade de Tomar. As mudanças demográficas, nomeadamente associadas à Segunda Transição Demográfica e ao envelhecimento da população, têm sido referenciadas como factores de encolhimento de outras cidades. Quisemos testar se este tipo de razões também pode justificar o encolhimento de Tomar analisando concretamente as variações no índice de envelhecimento, taxa de natalidade, taxa de nupcialidade, idade média da mãe no primeiro filho, saldo migratório e variação da população em idade ativa.

O índice de envelhecimento (tabela 10) foi trabalhado à escala da cidade – limite de 1991 e 2011 – e do concelho, considerando os anos de 1991, 2001 e 2011.

Tabela 10 – Índice de envelhecimento na cidade de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 1991, 2001 e 2011.

	1991	2001	2011
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 1991)	79,9%	123,3%	175,0%
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 2011)	78,7%	121,0%	185,1%
Concelho de Tomar	108,5%	162,1%	212,8%

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Nos três recortes territoriais verifica-se um aumento para mais do dobro do índice de envelhecimento entre 1991 e 2011; isto representa um envelhecimento da população muito pronunciado na cidade e concelho de Tomar. Estes dados podem ter alguma relação com a diminuição do número de pessoas ao serviço nas indústrias, ou seja, o aumento da população idosa (reformados) pode justificar a redução do número de empregados (tabela 10).

O gradual aumento do índice de envelhecimento também tem relações com a taxa de natalidade. Este indicador estatístico foi recolhido à escala da freguesia da cidade de Tomar e ao concelho, para os anos de 2001 e 2011. Em dez anos passaram a nascer menos três crianças (2,9‰) à escala da cidade, e menos duas crianças (2,1‰) no concelho por mil habitantes. Isto conduz a um gradual decréscimo na população jovem e por consequência a um aumento da população idosa (tabela 11).

Tabela 11 – Taxa de natalidade na União das Freguesias de Tomar e no concelho de Tomar, nos anos de 2001 e 2011.

	2001	2011
Cidade de Tomar (Sta. Maria dos Olivais & São João Baptista)	8,4‰	5,5‰
Concelho de Tomar	8,1‰	6,0‰

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (2017).

A evolução da taxa de nupcialidade e da idade média da mãe no primeiro filho é concordante com a hipótese de alterações demográficas resultantes de mudanças sociais como a teoria da segunda transição demográfica sugere. De facto, verifica-se uma progressiva e contínua quebra da taxa de nupcialidade de 1995 para 2016, que passa neste período de 6,9% para 3% (tabela 12). Ao mesmo tempo, observa-se um aumento gradual da idade média da mãe no primeiro filho, de 25 anos (1991) para 30 anos (2016) (tabela 13).

Tabela 12 – Taxa de nupcialidade no concelho de Tomar, nos anos de 1995, 2001, 2011 e 2016.

	1995	2001	2011	2016
Concelho de Tomar	6,9%	4,9%	3,9%	3,0%

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Tabela 13 – Idade média da mãe no primeiro filho no concelho de Tomar, nos anos de 1995, 2001, 2011 e 2016.

	1995	2001	2011	2016
Concelho de Tomar	25,3	26,6	28,5	29,5

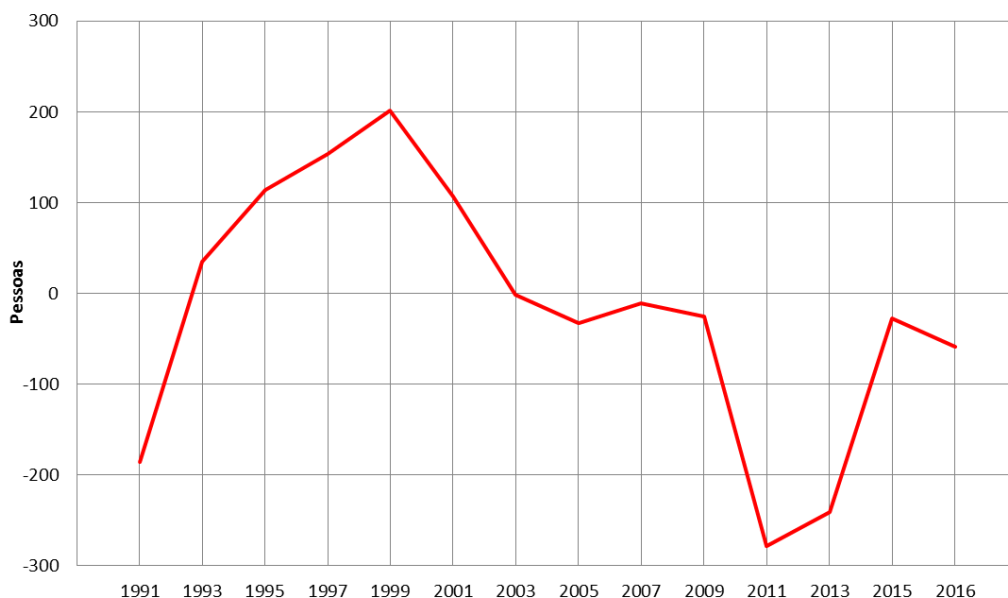
Elaboração própria a partir dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Estes indicadores (tabela 12 e 13) demonstram que têm ocorrido alterações sociais que a literatura relaciona com valores pós-materialistas como a procura da auto-realização, a liberdade de escolhas pessoais, o desenvolvimento do estilo de vida próprio, a emancipação – tanto na escolha pela parentalidade ou construção de uma família -, e ainda, a redução da fertilidade através da eficiência dos contraceptivos, marcando desta forma a segunda transição demográfica referida por Van de Kaa (1996).

No entanto, estes indicadores por si só não demonstram o envelhecimento da população, mas evidenciam transições que conduzem a uma diminuição da população jovem e a um crescimento gradual da população idosa ao longo dos anos.

Outra causa que se observa neste estudo de caso é a migração, embora os dados recolhidos apenas sejam à escala do concelho.

Figura 6 – Saldo migratório no concelho de Tomar entre 1991 e 2016.



Elaboração própria a partir dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (2017).

Na análise da figura 6, é possível observar entre 1991 e 2016 oscilações no saldo migratório do concelho de Tomar, destacando a década de 1990 – mais concretamente entre 1991 e 2000 - por ter apresentado saldos positivos. A partir de 2001 verificou-se uma inversão dessa tendência até 2011. Desde 2012, diminuiu um pouco a repulsividade muito embora os saldos migratórios se tenham mantido negativos até 2016.

Quando relacionado o saldo migratório com a tabela 1, embora se tenha constatado entre 1993 e 2001 um saldo positivo no concelho, o número de habitantes nessa mesma área continuou a diminuir (1991-2001), podendo justificar-se através da redução da natalidade e do envelhecimento da população. Contudo, a população na área central da cidade de Tomar (limite de 1991) verificou um ligeiro aumento entre 1991 e 2001, podendo-se deduzir que durante este tempo, parte da população que entrou no concelho ficou no centro urbano ao invés do restante concelho.

Segundo a bibliografia, as transformações políticas são por vezes tidas como causa do encolhimento urbano, associado às economias em transição e ao fim do socialismo. Em Portugal, as transformações políticas têm de ser vistas noutros termos.

É possível que a Revolução de Abril tenha acentuado a periferização de Tomar do ponto de vista político. Durante o Estado Novo, havia proximidade entre a burguesia local e a elite política nacional. Essa proximidade conferia alguns privilégios a Tomar, como disseram alguns dos interlocutores. É possível que a democratização e a perda de importância política das elites económicas e sociais locais tenha acentuado a periferização da cidade.

A hipótese de falta de recursos - considerando a população como recurso -, pode ser também uma causa de encolhimento urbano. Observando a tabela 14, entre 1991 e 2011, a variação da população ativa na cidade e concelho de Tomar é negativa, estando directamente relacionada com o envelhecimento da população nestas áreas. Com a continuação da diminuição da taxa de natalidade (tabela 11) e do saldo migratório (figura 6), é possível que o número de população em idade ativa na cidade e concelho em estudo venham a apresentar na próxima década valores mais negativos.

Tabela 14 – Variação da população em idade ativa na cidade de Tomar e no Concelho de Tomar entre 1991 e 2011.

	1991	2001	2011	% 91-01	% 01-11	% 91-11
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 1991)	9700	10375	8550	7,0%	-17,6%	-11,9%
Cidade de Tomar (c/ perímetro de 2011)	11680	11641	9790	-0,3%	-15,9%	-16,2%
Concelho de Tomar	28604	27965	25546	-2,2%	-8,7%	-10,7%

Elaboração própria a partir dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (2017).

As causas relacionadas com “Destruição” não são pertinentes no caso de Tomar, porque não ocorreu nenhum conflito militar em Portugal desde a Guerra Civil Portuguesa ou Guerras Liberais, no século XIX, nem a cidade de Tomar foi afectada por qualquer desastre natural, epidemia ou poluição ambiental que fosse uma imposição extrema na população.

IV. A Posição dos Atores Locais da Cidade de Tomar

O objetivo deste capítulo é conhecer a atitude dos intervenientes locais face ao encolhimento urbano, nível de consciência, posicionamento perante as políticas implementadas e expectativas de futuro.

O método da recolha de informação foi a partir de entrevistas semiestruturadas de maneira a cobrir diferentes áreas sociais, bem como interesses dos entrevistados. Cada entrevista era acompanhada de uma Declaração de Consentimento que permitia exercer a opção de anonimato ao entrevistado.

Foram reunidos depoimentos de vinte e seis atores locais (quadro 5), agrupados em onze áreas, ou seja: a) entidades culturais; b) entidades sociais; c) entidades desportivas; d) entidades ambientais; e) associações industriais; f) meios de comunicação locais; g) associação de estudantes; h) estabelecimento de ensino superior; i) agrupamentos escolares; j) partidos políticos; k) Câmara Municipal de Tomar, onde se incluem o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores responsáveis pelos pelouros de Desenvolvimento Económico, Economia Local, Intervenção Social e Educação, e Gestão do Território.

O trabalho de campo foi realizado durante o mês de Abril de 2017, composto por vinte e duas entrevistas, existindo entrevistados que desempenhavam funções em mais do que uma entidade. Cada entrevista durou cerca de trinta a quarenta e cinco minutos, contabilizando no final dezassete horas de entrevistas gravadas. Posteriormente, cada gravação foi resumida num documento texto juntamente com as notas tiradas durante a entrevista, que completaria cada ficheiro áudio.

A estrutura do guião de entrevista (anexo 1) consistiu em nove perguntas colocadas a todos os intervenientes, acrescentando-se um conjunto de questões específicas conforme a área de intervenção do entrevistado.

Nas primeiras quatro, os intervenientes avaliaram a evolução da cidade de Tomar do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental ao longo das últimas décadas, e ainda indicaram qual seria a tendência demográfica existente no presente. Os entrevistados também puderam expressar quais foram, segundo a sua opinião, as origens do encolhimento urbano em Tomar e que consequências poderão daí surgir.

O segundo grupo de perguntas pretendeu assinalar as intervenções face ao processo em estudo e avaliar o papel do poder local. Procedeu-se - no terceiro grupo - à avaliação das oportunidades e ameaças da cidade de Tomar no contexto regional e nacional, bem como determinar as perspectivas futuras de cada entidade. Finalizou-se o guião com duas questões ligadas à participação pública, tais como, quais as

medidas que deviam ser preconizadas e qual o papel da entidade entrevistada na cidade de Tomar.

Portanto, as questões presentes no guião procuraram mostrar de que forma os vários intervenientes encaram o processo de encolhimento urbano, como avaliam as políticas preconizadas e que futuro vêem para a cidade.

Quadro 5 – Intervenientes de Tomar entrevistados no trabalho de campo por tipo de entidades.

Entidades Culturais	Canto Firme Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina Sociedade Gualdim Pais
Entidades Sociais	Associação de Solidariedade Social com a Comunidade Cigana e de Minorias Étnicas do Médio Tejo (ACMET) Clube de Actividades de Lazer e Manutenção (CALMA) Cáritas de Tomar Centro de Integração e Reabilitação de Tomar (CIRE) Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém (FAJUDIS) Santa Casa da Misericórdia de Tomar
Entidades Desportivas	Sporting Clube de Tomar
Entidades Ambientais	AQUA Tomar
Associações Industriais	Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha (ACITOFEBÁ)
Meios de Comunicação Locais	Rádio Hertz Jornal Cidade de Tomar
Associações de Estudantes	Associação de Estudantes do Instituto Politécnico de Tomar
Estabelecimento de Ensino Superior	Instituto Politécnico de Tomar
Agrupamentos Escolares	Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria Agrupamento de Escolas Templários

Partidos Políticos	Partido Social Democrata (PSD) Coligação Democrática Unitária (CDU) Bloco de Esquerda (BE)
Câmara Municipal de Tomar	Vice-Presidente da CMT Vereador do Pelouro da Intervenção Social e Educação Vereador do Pelouro da Divisão de Gestão do Território Vereador do Pelouro do Desenvolvimento Económico Vereador do Pelouro da Economia Local

4.1. Como interpretam o encolhimento urbano?

Sobre o modo como os intervenientes de Tomar interpretam o encolhimento urbano na sua cidade, foram aplicadas as primeiras quatro questões do guião de entrevistas. No que diz respeito à evolução económica da cidade verificou-se um consenso entre os intervenientes, ou seja, todos identificam a diminuição do número de empresas no concelho e na cidade, e por conseguinte a perda de atratividade de novos investidores, que é visível através da redução do parque industrial.

“... tem tido um decréscimo de indústria e por conseguinte, depois tudo o resto tem definhado, não é? Mas sim, nos últimos anos tem muitas empresas a fechar...”

(Telmo Faria, Presidente da ACITOFEB)

“... devido à crise (...) económica e também devido à evolução tecnológica que foi desatualizando todas estas empresas. (...) Elas fecharam não só porque, devido... Pode-se dizer que foi por má gestão? Não, houve uma evolução grande na parte tecnológica, em que elas não tiveram capacidade de se reinventar, de investir, capacidade de investimento, e ficou para trás Tomar. Foram fechando umas, fechando outras...”

(Hermenegildo Salgueiro, Presidente do CIRE)

“Do ponto de vista industrial, assistimos ao ruir de todo o complexo industrial que houve no passado em Tomar. De grandes indústrias, sobretudo dos sectores da cerâmica, do papel, (...) das madeiras, construção civil. Havia aí grandes empresas que entretanto desapareceram.”

(Vitor Melenas, Jornalista na Rádio Hertz)

A evolução socioeconómica também tem sido negativa, justificando-se através da ausência de emprego que conduziu à diminuição do poder de compra da população local e ao aumento do número de emigrantes. Curiosamente, alguns interlocutores referem que a reduzida oferta de habitação na cidade é uma causa para a saída de população, o que parece consentâneo com o facto de ter continuado a existir produção de habitação nas últimas décadas e de ter aumentado muito o número de alojamentos vagos. No aspeto social, a falta de alojamentos, que também afetam a população carenciada, leva a que se agrave a tendência social negativa na cidade.

“... a cidade ao longo das décadas foi perdendo (...) comércio, perdendo bastante indústria, o que levou a um decréscimo significativo económico. (...) Menos oportunidades de trabalho e menos também, obviamente, circulação de dinheiro na cidade...”

(Filipa Fernandes, Presidente da Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina)

“... a fuga cada vez constante (...) de pessoas de Tomar, porque não há empregos.”

(João Tenreiro, PSD Tomar)

“A habitação também é um grave problema na cidade. (...) Falta de habitação. (...) Nós [cidade de Tomar] temos cerca de duzentas famílias a precisar de habitação.”

(Almerindo Lima, Presidente da ACMET)

No contexto ambiental, verificaram-se pontos de vista diferentes. Há intervenientes que mencionaram as obras realizadas ao longo do Rio Nabão na cidade

– Programa Polis - como uma grande melhoria do espaço verde urbano e do ecossistema, e a limpeza dos espaços públicos noutros locais da cidade. Outras entidades, tais como o AQUA Tomar – entidade ambiental - e Bloco de Esquerda – partido político -, vêem os problemas na linha de água aumentar, ou sem solução à vista, devido às descargas de poluentes a montante do Rio Nabão.

“... se calhar agora o nosso rio está melhor. (...) (...) Há mais cuidado. (...) Eu acho que a Câmara, se calhar tem-se comprometido, também, a cuidar um pouco mais dos espaços.”

(Natália Nogueira, Vice-Diretora do Agrupamento Nuno Sta. Maria)

“Antes havia muito amor pelo rio. Há mais informação agora, mas antes as pessoas preocupavam-se mais pelo ambiente...”

(Américo Costa, AQUA Tomar)

“Nós temos tido aí uns problemas recentemente de descargas no Rio Nabão.”

(Filipe Vintém, BE Tomar)

A discrepância de opiniões sobre a evolução ambiental em Tomar está conotada com o grau de conhecimento da temática, mas também na priorização dos problemas urbanos por parte dos diferentes intervenientes. Deste modo, entende-se que as questões ambientais não são vistas como problemas de primeira ordem por todos em Tomar, quando comparadas com a desindustrialização ou a falta de emprego. Contudo, a melhoria ambiental que alguns entrevistados referiram deve-se fortemente à desindustrialização de Tomar.

No que diz respeito ao aspeto cultural, as entrevistas revelaram uma visão bastante positiva da evolução da mesma da parte dos intervenientes locais. Além da cidade estudada ter tido ao longo da história um associativismo ativo, as iniciativas recentes, quer das entidades como do poder local, têm permitido às associações culturais manterem uma oferta variada ao longo dos anos.

“... estamos na ordem das 170 associações (...), e estas associações, obviamente que de carácter desportivo, cultural, recreativo, de alguma forma têm conseguido reinventar-se. Umas abriram e têm oferecido, têm complementado, a oferta das autarquias locais. (...) Têm amenizado e têm conseguido mobilizar as respectivas populações e associados (...) [para] ir ao encontro destas dificuldades ao nível social, que têm existido.”

(Carlos Eira, Presidente do CALMA)

“... eu penso que nos últimos três anos, três-quatro anos com esta Câmara, a cidade deu um grande salto. Havia uma cidade um bocadinho fechada, um bocadinho escura a todos os níveis e neste momento ficou um pouquinho mais aberta, principalmente na parte cultural. Começámos a ter a possibilidade de realizar mais espectáculos, mesmo (...) no que diz respeito à possibilidade de haver um apoio ao associativismo por parte da Câmara, fez com que a parte cultural da cidade evoluísse um bocadinho mais.”

(Simão Francisco, Presidente da Canto Firme)

No respeitante à demografia da cidade de Tomar, através das entrevistas foi possível constatar que a maior parte dos entrevistados reconhecem o declínio populacional em Tomar, ou pelo menos a estagnação no número de habitantes, embora não reconheçam o conceito do encolhimento urbano.

Esta perda de habitantes é relacionada pelos entrevistados com a falta de emprego, o envelhecimento da população e a oferta habitacional mais acessível nos concelhos limítrofes. A acrescentar a estas causas, alguns juntam a ausência de atratividade do Instituto Politécnico de Tomar que leva muitos jovens a preferir estudar noutra cidade académica, acabando mais tarde por não regressar a Tomar, relacionando-se isto com o envelhecimento demográfico já referido.

“... problemas económicos que levaram à saída de muitos jovens (...) à procura de trabalho. (...) Vão para o ensino superior e depois já não regressam porque acabam por arranjar emprego noutras cidades, porque esta cidade não tem tido forma de oferecer emprego.”

(Célia Banet, Cáritas Tomar)

“... mesmo agora, nós [IPT], os melhores não os conseguimos manter aqui, eles vão estudar para Coimbra, Lisboa ou Porto.”

(Anónimo, Instituto Politécnico de Tomar)

Os depoimentos reunidos sugerem que a emigração de jovens deve-se à fraca oferta de carreiras profissionais na cidade, mas alguns entrevistados referem também que a escolha da instituição de ensino superior ser noutro local é motivada por alguma desadequação da oferta curricular do Instituto Politécnico de Tomar perante a oferta produtiva local, ou seja, os cursos oferecidos pelo IPT não garantem empregabilidade na cidade ou região.

“Essencialmente, é os jovens não encontrarem outras propostas de emprego aqui na cidade, nomeadamente para os cursos que tiram. (...) Nomeadamente na parte histórica da cidade, no centro histórico da cidade, tem-se constatado uma diminuição muito grande das populações que lá habitam. E aqueles que se mantêm estão cada vez mais envelhecidos.”

(Anónimo, Agrupamento dos Templários)

Outros intervenientes apontaram existir uma estagnação demográfica, acabando por justificar essa situação com as mesmas causas acima descritas. Porém, estes observam a cidade de um ponto de vista menos dramático em comparação com os anteriores.

Contudo, não se pode dizer que todos os intervenientes estejam cientes da evolução demográfica da cidade. Foi identificado um interveniente que refere existir um dinamismo positivo na cidade. Esta resposta pode dever-se a duas razões: pelo enquadramento em que vive – ser ainda estudante –, ou ser jovem e não ter tão presente o histórico do espaço urbano onde reside, fazendo com que considere a situação atual vivida positiva devido às iniciativas recentes, como é o caso da expansão no setor do turismo.

Embora os entrevistados não tenham respondido visando o conceito do encolhimento urbano, procurou-se através das respostas dadas recolher a sua impressão sobre as consequências negativas e positivas da situação que observavam em Tomar.

Assim, as principais consequências negativas apontadas foram a insegurança e o vandalismo crescente devido aos problemas socioeconómicos provenientes da falta de emprego, da segregação social das minorias e da falta de atratividade da cidade, a existência de espaços vacantes, da diminuição das receitas provenientes de impostos e a diminuição dos serviços existentes. O estudo de caso, através do trabalho de campo, apresenta cinco dos seis efeitos negativos mencionados no quadro 2, o que demonstra, mais uma vez, um processo de encolhimento urbano bastante evidente.

“Uma das coisas que também as pessoas falam muito e, sobretudo por causa dos jovens que saem à noite, é que há alguma insegurança. É mesmo alguma, alguma insegurança. (...) Tem havido um grande esforço por parte deles [jovens dos bairros mais desfavorecidos] (...) coabitarem com os outros alunos. Para já, porque eles já têm aquele estigma...”

(Natália Nogueira, Vice-Directora do Agrupamento Nuno Sta. Maria)

“... saem pessoas de Tomar, são menos pessoas a pagar impostos, menos a pagar contribuições. Portanto menos pessoas a gastarem no concelho de Tomar, que vão para fora e a economia vai desaparecendo. Portanto, menos receitas para a Câmara Municipal de Tomar, receitas estas que servem para fazer algumas obras que são essenciais...”

(João Tenreiro, PSD Tomar)

“... cidade bastante conservadora, uma cidade um pouco machista. Isto dificultou muito a integração das minorias étnicas na nossa cidade.”

(Almerindo Lima, Presidente da ACMET)

“Tem como consequência logo a diminuição dos serviços existentes na cidade.”

(Anónimo, Agrupamento dos Templários)

Por outro lado, houve intervenientes que encontram efeitos positivos ligados à perda demográfica, tais como, a melhoria da qualidade de vida urbana, o aumento da qualidade dos serviços prestados e a oportunidade para a população local se mobilizar, pensar ou debater novas ideias para Tomar. Apesar do desconhecimento do conceito aqui abordado, as entidades entrevistadas reconhecem mais-valias numa cidade menos densa no que diz respeito ao número de habitantes, podendo retirar-se daí benefícios no bem-estar urbano dos residentes.

“...a cidade é uma cidade mais calma para viver. (...) Tem alguma qualidade de vida. Aqui na cidade (...) a oferta educativa está acessível, (...) temos na cidade oferta de ensino superior...”

(Filipe Vintém, BE Tomar)

“... por um lado tem aspectos muito positivos. Porque nós conseguimos ter uma qualidade de vida, uns níveis de segurança, de acesso a um conjunto de oportunidades, que nós estamos a falar em cerca de 40.000 habitantes, que provavelmente se aumentasse, imaginamos para o dobro, para 60-80.000 habitantes, claramente a qualidade, quando falo de qualidade de estacionar, de andar, de circular pela cidade, é totalmente diferente.”

(Jorge Claro, Presidente da FAJUDIS)

Além das melhorias na vida urbana, o encolhimento permite repensar o espaço urbano de modo a colmatar os erros até agora cometidos, corrigindo o futuro da cidade.

“... vá dar origem a que as pessoas pensem um bocadinho melhor, e pensem, e definem melhor o rumo, porque às vezes é bom também parar e pensar, também faz bem.”

(Hermenegildo Salgueiro, Presidente do CIRE)

A partir das primeiras quatro perguntas do guião, verifica-se o desconhecimento do encolhimento urbano em Tomar como conceito, mas existe a noção por parte da grande maioria dos intervenientes da situação demográfica, económica e social recessiva que a cidade atravessa. Isto significa que mais de metade dos intervenientes contactados têm noção da perda populacional e são

capazes de apontar as principais causas do encolhimento urbano, como foi tratado durante esta dissertação, ou seja, a desindustrialização e o desemprego associado a esse processo, bem como as alterações demográficas como o envelhecimento da população devido à emigração da população jovem.

No que diz respeito às consequências, há uma maior tendência para referir aspectos negativos, ao invés dos positivos. Porém, sempre que foram mencionados efeitos positivos do encolhimento urbano, os intervenientes apontam o que a teoria define para aplicar em casos onde ocorre este processo urbano, repensando a cidade para criar novos usos do solo que possam originar melhor qualidade de vida.

4.2. Como avaliam as políticas e medidas de desenvolvimento?

Neste subcapítulo visam-se as avaliações dos intervenientes de Tomar às políticas e medidas tomadas na cidade face ao processo de encolhimento urbano. Conforme o anexo 1, correspondem à quarta e quinta questões do guião, ou seja, quais as ações aplicadas pelo poder local em relação ao encolhimento na cidade e como os entrevistados avaliam essas medidas.

Após uma primeira análise das respostas, é possível perceber que o poder local – Câmara Municipal de Tomar – tem vindo a desenvolver medidas e políticas que visam as questões urbanísticas e sociais.

Estas medidas pretendem abordar áreas que o presente executivo municipal – Partido Socialista – considera prioritário, destacando a reabilitação urbana do centro de Tomar, com especial foco na habitação. As questões sociais são outra área de relevo, através dos apoios às famílias carenciadas, tais como a redução das taxas camarárias ou aos jovens estudantes.

A Câmara Municipal de Tomar volta assim as suas políticas para o combate às desigualdades sociais, procurando paralelamente reabilitar o centro histórico para atrair população, comércio e turismo.

“... nós [CMT] criámos a ARU, Área de Reabilitação Urbana, aqui do centro histórico há dois anos atrás. (...) Isto permite obviamente, que haja um conjunto de edifícios na reabilitação de edifícios de zonas definidas aqui do centro histórico. Na verdade, é quase da cidade toda, a área que está definida. (...) Tentámos apanhar pelo menos as zonas em

que os edifícios tenham já pelo menos na casa dos quarenta anos. (...) E portanto isso fez com que muitas, realmente... Muita gente aproveitasse para começar a reabilitar edifícios, não é? Isso indiretamente acaba depois por também contribuir para a fixação, porque... seja para a habitação, seja para o comércio, isso traz oportunidades. Depois a outros níveis, nós temos aumentado os apoios sociais, por exemplo, na ação social escolar, ou outros níveis. (...) Nós não temos daquele tipo de programas, por exemplo, o bebé que nascer leva X, e não sei quê. Porque... epá, num concelho com a nossa dimensão, não há orçamento (...). Depois temos outras, por exemplo, na questão das taxas para as famílias numerosas quer da água, quer de outras taxas municipais.”

(Hugo Cristóvão, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tomar)

No âmbito social, as entidades expressaram satisfação pelo atual trabalho realizado com estas questões, como a população desfavorecida, minorias étnicas e problemas conotados à falta de habitação.

“... a nível social tem havido a preocupação, por exemplo, de resolver os problemas de falta de habitação para a etnia cigana, (...) a atual gestão tem tido essa preocupação.”

(Anónimo, Agrupamento dos Templários)

Há também sintonia em relação à vantagem de desenvolver ações de promoção e *marketing* territorial, apoiando-se essencialmente na oferta cultural e no património histórico existente na cidade, tornando Tomar mais atrativa, o que permite o surgimento de mais oferta turística.

“... há um conjunto de programas e projectos, (...) nós temos aqui frequentemente, por exemplo, filmes e novelas a serem filmadas, o que neste momento está a decorrer uma novela. (...) No final deste mês vai haver uma mega produção aqui também (...). O retorno de megas produções cinematográficas e de televisão a realizar, tornam a cidade atrativa...”

(Jorge Claro, Presidente da FAJUDIS)

“Tomar no caso concreto, não nos podemos esquecer que é um polo turístico de dimensão nacional. Provam-no os investimentos que têm sido feitos a esse nível, nomeadamente novas unidades hoteleiras que vão proliferando, de acordo com a nova realidade, nomeadamente os hostels...”

(Ivo Santos, Presidente do Sporting Clube de Tomar)

Este aumento da visibilidade de Tomar no contexto do turismo deve-se fortemente às medidas preconizadas na reabilitação urbana do centro histórico que tem vindo a alterar a vivência de uma área que estava em decadência. Contudo, este aumento de atividade no centro de Tomar tem consequências negativas, tais como a gentrificação que começa a ser evidente nesta área, e de que a própria presidência da Câmara Municipal tem conhecimento.

“... houve uma fase em que o centro histórico, durante muitos anos, foi-se despovoando mas porque, obviamente, as pessoas iam envelhecendo e não havia pessoas novas a fixarem-se no centro histórico. Hoje isso já está a inverter-se, temos muitos edifícios a serem reabilitados para habitação e comércio. (...) Mas já se nota [gentrificação].”

(Hugo Cristóvão, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tomar)

No campo económico, as discrepâncias nas avaliações são mais notórias. As entidades parceiras com o poder local defendem existir uma melhoria na entrada no mercado de trabalho dos jovens especializados, graças à atração de empresas de investigação e desenvolvimento tecnológico.

“Desde então para cá, eu não lhe posso dizer exatamente se são dez anos, se são nove anos, se são oito anos, a partir de uma determinada altura, mudou o clima de... entre as duas instituições [IPT e CMT], e passou a haver mais alguma cooperação. Essa cooperação, entre outras coisas, foi o que permitiu a vinda da IBM aqui para Tomar...”

(Anónimo, Instituto Politécnico de Tomar)

Porém, os restantes intervenientes desvalorizam estas cooperações porque a taxa de desemprego tem aumentado e há dificuldade de retenção dos jovens na cidade, o que mostra uma incapacidade de criação de emprego pela autarquia, através da atração de investidores.

“Tem-se feito muito pouco [face à perda demográfica], porque ainda não se compreendeu politicamente a importância que o desenvolvimento económico e a reconstituição que um aparelho produtivo tem para suprir e para lhe dar meios, digamos assim, para alterar e reverter a situação. (...) As medidas que têm sido tomadas, é o embelezamento [urbano], são medidas que tornam... quer dizer, que não são as prin... [hesitação], quer dizer, o problema é... não vão ao cerne da questão.”

(Bruno Graça, Vereador da Economia Local e representante do CDU Tomar)

“A estratégia desta Câmara Municipal tem sido apostar na área social, deixando de parte o desenvolvimento económico.”

(João Tenreiro, PSD Tomar)

As maiores críticas às medidas preconizadas pelo poder local provêm dos partidos políticos, o que reflete a avaliação político-partidária em vez da avaliação neutra da eficácia política.

No entanto, as ações realizadas pelo poder local também poderão estar ligadas ao interesse político, não tendo sido alcançados resultados tão positivos quanto os desejados.

“... eu acho que não tem sido muito ambiciosa e não tem apresentado as soluções (...) adequadas ao atual quadro, não é? À atual conjectura. Eu acho que tem-se investido em caminho errado. Nomeadamente, posso referir uma ou outra coisa. Eles [CMT] têm investido em alguma publicidade que não tem passado a mensagem, pronto. Se calhar é mais fácil uma publicidade da trica política, do que aquela de obra feita.”

(Filipe Vintém, BE Tomar)

Embora mais comedidas, as entidades locais apresentam avaliações neutras e possivelmente mais realistas das políticas implementadas pela CMT. A postura destes poderá dever-se à ausência de duelo de interesses do foro político e do papel autónomo e independente que o associativismo tem tido na cidade de Tomar.

“... têm [CMT] feito o suficiente para amenizar. Não têm feito aquilo que seriam os, se calhar até os deles, os objectivos deles a que se propuseram. Mas também não se tem estado parado (...). Poder-se-ia fazer mais? Sim. Mas sabe, aqui há um grande problema. (...) Os valores da política sobrepõem-se aquilo que é o interesse social.”

(Carlos Eira, Presidente do CALMA)

Ainda assim, há intervenientes locais que avaliam positivamente as medidas e políticas preconizadas na cultura e promoção de Tomar. Esta satisfação está inteiramente ligada ao interesse de determinadas entidades nas parcerias com o poder local, tornando-se num *win-win* para os dois intervenientes.

“Eu acho que a Câmara Municipal tem uma presença, uma atividade com acções brilhantes no que toca à parte do turismo na cidade. Mesmo a imagem que se passava para fora de fronteiras (...) concelhias tendeu a crescer, ou seja, eu acho que havia muito pouca informação sobre Tomar e sobre o que existia cá. E muitas das pessoas que visitavam a cidade pensavam só no Convento de Cristo, ou seja, de repente descer à cidade era mentira. E esta Câmara, eu acho que conseguiu, e tem conseguido a passos largos mostrar a cidade como um todo, não só o Convento de Cristo, mas desde os monumentos religiosos, as sinagogas, os jardins, a parte cultural com a vinda de artistas reconhecidos a nível nacional.”

(Simão Francisco, Director da Canto Firme)

Contudo, o poder local tem a noção de que ainda não estão resolvidas totalmente algumas lacunas, tais como a falta de emprego e as desigualdades sociais, o que demonstra um papel ativo na cidade e imparcialidade segundo o prisma político.

“Obviamente que nem tudo tem sucesso e há muitas que nós queremos colocar e que ainda não houve, por várias razões, seja por razões legais ou burocráticas, sejam financeiras, há várias medidas que ainda não conseguimos implementar. Mas das que conseguimos, acho que há várias, eu já referi uma, por exemplo, as Áreas de Reabilitação Urbana, que são demonstradoras (...) de sucesso.”

(Hugo Cristóvão, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tomar)

Desta forma é possível afirmar que a avaliação das políticas e medidas preconizadas pela Câmara Municipal de Tomar são fortemente influenciadas pelos interesses dos intervenientes envolvidos. A referir ainda, são os partidos políticos os maiores críticos da atuação do poder local, justificado pela necessidade de vincar uma posição político-partidária perante a população.

As medidas que visam o *marketing* territorial e o turismo são as menos contestadas, bem como a reabilitação urbana no centro histórico. Por outro lado, as questões sociais ao qual o Partido Socialista tem procurado prestar maior atenção, não são consideradas de importância extrema quando comparadas com a ausência de investimento e emprego na cidade.

Essa crítica é exclusivamente feita pelos intervenientes políticos, pois as restantes entidades locais, apesar de considerarem estar em falta a resolução dos problemas ligados ao emprego, vêem com bons olhos a preocupação com as questões sociais.

Sobre as medidas na área da cultura, a publicidade feita à cidade é conveniente para as entidades culturais que têm os seus eventos mais visíveis. Todavia, houve quem considerasse isso como mera propaganda política, não representando a realidade de Tomar. De salientar, que o município assume existirem ainda lacunas por resolver, o que demonstra uma postura relativamente objetiva e isenta.

Avaliando estas medidas políticas, observa-se um desejo, que não é expresso diretamente nas entrevistas, de crescimento económico - assente no turismo -, que segundo o quadro 4, corresponde a uma política para “contrariar” o encolhimento. Por outro lado, as medidas sociais preconizadas representam uma “aceitação” do processo urbano em causa, procurando amenizar os problemas existentes.

4.3. Quais são as expectativas para o futuro?

Nas entrevistas, além da análise à situação atual da cidade por parte dos intervenientes, procurou-se saber como estes viam Tomar no futuro, apontando as ameaças e oportunidades da cidade no contexto regional e nacional.

Os intervenientes estão maioritariamente otimistas no que diz respeito ao futuro da cidade.

“Eu vejo com muito otimismo e com boas expectativas, até porque no dia-a-dia sente-se de facto que as coisas estão a melhorar bastante.”

(Hugo Cristóvão, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tomar)

“Eu acho que o futuro de Tomar é continuar a trajetória de desenvolvimento. (...) Acho que o grande desafio é envolver as pessoas na participação.”

(Jorge Claro, Presidente da FAJUDIS)

“... penso que as pessoas têm esperança que Tomar volte a ter uma importância no Médio Tejo.”

(Anita Felício, Jornalista do Jornal Cidade de Tomar)

Contudo, a entidade representante dos industriais da cidade está mais pessimista do que os entrevistados anteriores, receando um futuro ainda pior, ou seja, com agravamento da situação económica.

Esta visão pessimista está inteiramente ligada à posição que ocupa na cidade. Tendo existido no passado um setor produtivo que desempenhava um papel de motor económico na cidade, é normal que nos dias que correm exista um desejo dos industriais em regressar à tendência de crescimento, tão característica deste setor económico.

“Eu prevejo que vamos atravessar tempos ainda piores. Com falta de investimento privado.”

(Telmo Faria, Presidente da ACITOFEB)

Houve ainda um interveniente que não arrisca para já apresentar um cenário de futuro para Tomar. Esta posição resguardada demonstra cepticismo com as políticas que têm vindo a ser preconizadas e com verdadeiros resultados que daí podem surgir. Isto mostra uma vez mais a crítica às decisões político-partidárias efetuadas, ao invés da resolução das questões urbanas reais.

“O futuro depende muito daquilo que forem as vontades individuais.”

(Ivo Santos, Presidente do Sporting Clube de Tomar)

Embora a maioria dos entrevistados perspetive um futuro positivo, é necessária a perceção das ameaças e oportunidades na cidade de Tomar.

As principais ameaças referidas durante as entrevistas foram a existência de uma competição elevada exercida por outras cidades da região, a influência das acessibilidades, a falta de atratividade de Tomar e a inação do poder local.

A competição de territórios concorrentes relaciona-se com o aparecimento de novas atividades económicas no Médio Tejo, levando o Triângulo Industrial de Torres Novas-Tomar-Abrantes a transformar-se num polígono nos últimos anos. Alguns exemplos desses novos “vértices” são o Entroncamento a apresentar-se cada vez mais como *hub* logístico regional, ou a cidade de Fátima com o seu papel importante no turismo religioso ao nível nacional.

“... a criação de postos de trabalho nas cidades à volta, [fazem com] que o concelho perca população.”

(Telmo Faria, Presidente da ACITOFEB)

Segundo alguns entrevistados, a inação do poder local, juntamente com a construção de novas vias rodoviárias, retirou à cidade de Tomar alguma centralidade no Médio Tejo, e consequentemente, a capacidade de atratividade de novos investidores.

“Nós conhecemos as cidades vizinhas e todas elas estão mais desenvolvidas que Tomar.”

(Elizabeth Tomás, Vice-Presidente da Sociedade Gualdim Pais)

“... e isso é uma ameaça, porquê? Porque da mesma maneira que eu venho, é muito fácil às pessoas saírem. É muito mais fácil hoje em dia a um estudante que tenha alguns meios ir estudar a Coimbra e regressar. (...) Depois as outras ameaças, são as ameaças demográficas, de facto a população está a envelhecer e a população jovem sai cada vez mais daqui.”

(Anónimo, Instituto Politécnico de Tomar)

“A grande ameaça até aqui foi a inércia do poder local. (...) As estradas que passaram aqui perto desenvolveram mais outras cidades. Portanto, atraíram investimento que depois acabou por não vir para Tomar.”

(Célia Banet, Presidente da Cáritas Tomar)

Os intervenientes de Tomar apresentaram o setor do turismo e a oferta cultural e patrimonial como as oportunidades da cidade. Embora as acessibilidades sejam indicadas como uma ameaça para a cidade, são também vistas por outros como uma oportunidade - que permite aproximar Tomar aos grandes centros económicos nacionais. Outras oportunidades referidas são os recursos humanos qualificados e a localização geográfica.

“... temos o património edificado. É uma oportunidade. A localização de Tomar, as acessibilidades. (...) O nível académico da população de Tomar, até em relação a algumas cidades é elevado, nomeadamente a nível de ensino superior. Temos algumas pessoas de valor cultural, (...) algum associativismo.”

(Filipe Vintém, BE Tomar)

“Tomar no contexto nacional é uma cidade única, tem todas as oportunidades e tem toda a matéria-prima, principalmente de localização e de história.”

(Américo Costa, AQUA Tomar)

“... aquela que é mais notória, é aproveitar o (...) turismo, ou seja, é uma das oportunidades.”

(Telmo Faria, Presidente da ACITOFEB)

“Antes de mais, obviamente, o aproveitar a sua localização entretanto novamente potenciada. A localização sempre existiu mas as acessibilidades cortaram durante alguns anos essa localização. Nós somos a cidade mais ao centro do país, como já referi, e num contexto quer nacional, (...) ou num contexto da Península Ibérica (...) Isso cria todo um conjunto de oportunidades que nós temos de saber aproveitar, quer para a fixação de empresas, quer para a questão do turismo...”

(Hugo Cristóvão, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Tomar)

Assim, retira-se a partir da nona questão do guião de entrevistas, a existência de um otimismo da parte dos intervenientes, onde se espera bastante do setor do turismo em Tomar, para colocar a cidade de novo competitiva e atrativa no contexto do Médio Tejo e a nível nacional. É exceção nesta visão de futuro a entidade que representa os industriais da cidade – ACITOFEB –, porque após ocorrer um processo de desindustrialização e não se ter verificado qualquer melhoria nesse setor, este interveniente não antevê qualquer evolução positiva nos próximos tempos, partindo das políticas que poderão ser preconizadas pelo poder local.

No entanto, a localização geográfica da cidade e as acessibilidades também são ameaças à cidade, facilitando a emigração da população – especialmente jovem -, o que dá origem ao envelhecimento da população. A concorrência das cidades vizinhas tem-se tornado cada vez mais notória, estando o poder local de Tomar a demonstrar alguma incapacidade de suplantar os investimentos e medidas de outras autarquias. Uma razão desta falta de resposta poderão ser as melhores acessibilidades comparativamente a Tomar. Porém, o valor patrimonial da cidade em estudo tem sido forte aposta, com especial foco no crescimento da atividade turística e cultural, que devolvem o prestígio para futuramente atrair investidores.

4.4. Que medidas deverão ser preconizadas em Tomar?

Na quarta e última questão, interrogámos os intervenientes de Tomar sobre quais medidas deviam merecer maior destaque no espaço urbano estudado nesta dissertação. A sétima e oitava perguntas do guião colocadas às diferentes entidades foram: que medidas consideram que deviam ser desenvolvidas para lidar com essa

evolução e, o que é que a instituição entrevistada tem feito e pode fazer no contexto de encolhimento urbano.

A medida mais sugerida foi o apoio a novas empresas para que se pudessem implantar em Tomar, e dessa maneira criar postos de trabalho. A entidade que mostrou ser necessário esta medida com a maior brevidade foi a representante dos industriais locais. Isto representa o desagrado destes intervenientes face à menor aposta do poder local nestes assuntos, na criação de infra-estruturas que permitem à cidade ser competitiva quer a nível regional como nacional, e na atração de novos investidores industriais.

“... a autarquia devia olhar mais para o tecido empresarial, para o pouco que existe, e pensar em criar condições para que se fixem cá mais empresas. E também dar condições às que existem para se desenvolverem.”

(Telmo Faria, Presidente da ACITOFEB)

Os intervenientes políticos sugerem criar condições mais favoráveis à vinda de empresas interessadas em gerar postos de trabalho em Tomar. Para isso, as medidas de atratividade deveriam contemplar regulamentos simplificados aos interessados em criar uma atividade económica na cidade. Seria ainda importante modernizar o espaço destinado a estas empresas – Parque Empresarial de Tomar -, de forma a corresponder às exigências atuais dos espaços homólogos das Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, e dos parques empresariais dos concelhos vizinhos. Por último, o *marketing* territorial que tem sido verificado especialmente para o setor do turismo, poderá ser aplicado a outros domínios de atividade e investimentos.

“... um grande apoio ao Parque Empresarial de Tomar que deverá ter outro tipo de regulamento, outro tipo de infra-estrutura e outro tipo de divulgação.”

(João Tenreiro, PSD Tomar)

Estas medidas pretendem atingir um crescimento económico e regressar aos tempos em que a cidade de Tomar desempenhava um papel importante na região. No entanto, o tipo de industriais que se pretende captar poderão passar pelas empresas

de IT – informação e tecnologia -, à semelhança da SoftInsa/IBM, oferecendo emprego especializado que corresponde à oferta educativa do Instituto Politécnico de Tomar.

Assim, a atração de investidores e sucessiva criação de emprego é vista como fator fulcral no abrandamento da emigração na cidade.

“Falta arranjar mais trabalho para a cidade, mais oferta laboral para que as pessoas possam definitivamente instalar-se em Tomar.”

(Simão Francisco, Director da Canto Firme)

Embora a aposta no turismo tenha sido uma das políticas preconizadas pelo poder local, as entidades entrevistadas referiram ser necessária uma aposta maior neste setor e nas ofertas culturais da cidade. A razão apontada para a necessidade de melhores medidas deve-se à limitada conexão entre o Convento de Cristo e o centro de Tomar, existindo por enquanto dois pólos desconectados que deveriam ser um só. Esta medida visa instigar o turista a visitar o centro urbano, dando mais visibilidade ao comércio e aos produtos locais.

“... temos de criar políticas de atração desses turistas à cidade, porque isso é que faz desenvolver a cidade. Uma das propostas que vamos agora [BE] levar a sufrágio era criar vouchers, em que esse voucher permitia ir a um ou dois comércio típicos que há em Tomar...”

(Filipe Vintém, BE Tomar)

Estas políticas de investimento e captação de interessados em desenvolver as suas atividades económicas na cidade, inserem-se na interpretação do processo urbano estudado como uma situação temporária que pode ser invertida com maior aplicação de fundos.

Diversos intervenientes pretendiam ver implementadas medidas que visam a captação de população, por exemplo, habitação mais atrativa ou incentivos à natalidade e subsídios para os jovens estudantes, sendo esta última já existente segundo o Vice-Presidente da CMT.

“Uma das medidas, não sei se poderá estar ao alcance de uma autarquia mas que é uma questão basilar, que é a habitação. O preço da habitação ou a disponibilidade da habitação ser mais atrativa ou ser mais

competitiva, ou até haver habitação disponível, pode ser um factor de atractividade, de criar condições.”

(Jorge Claro, Presidente da FAJUDIS)

“Incentivos sociais passam por incentivar os casais novos, quantos mais filhos tiverem, mais incentivos sociais [recebem]. (...) Subsídios de fixação, se vierem para aqui têm uma redução na água, na luz (...). Subsídios da educação (...). Subsídios alimentares (...). Apoios aos estudantes universitários...”

(Elizabeth Tomás, Vice-Presidente da Sociedade Gualdim Pais)

Estas políticas que se baseiam na disponibilização de subsídios ou na criação de facilidades no acesso a determinada necessidade básica, procuram simplesmente amenizar a situação urbana do momento, neste caso o encolhimento urbano.

Uma medida que é preconizada mas sobre a qual os intervenientes pretendem ver melhorada, é a oferta cultural em Tomar. Embora exista uma agenda cultural variada ao longo do ano, o poder local deveria instigar as várias associações a preocupar-se com as gerações vindouras, para que sejam interessadas e ativas. Aqui está inerente a qualidade de vida e a oferta de atividades locais, dando origem a uma maior participação pública, que poderá gerar um vivência urbana mais aprazível.

“... a parte cultural ainda tem de ser mais trabalhada, mais oferta para pais e filhos, (...) apostar um pouco na cultura é trabalhar o futuro.”

(Filipa Fernandes, Presidente da Sociedade Banda Republicana Marcial Nabantina)

Esta oferta, sendo Tomar uma cidade com um associativismo vincado, poderia expandir o seu raio de ação para espaços que outrora tiveram vida. Isto é, as antigas áreas industriais agora encerradas poderiam ser utilizadas para experiencias culturais podendo surgir uma atividade que daria destaque à cidade por ser inovadora. O referido interesse de formar gerações interessadas pela cidade, beneficiaria com a “abertura” das áreas urbanas estigmatizadas, mostrando o passado que aí existiu e o futuro que pode nascer da participação dos habitantes.

Não esquecer também as restantes questões sociais do espaço urbano (e.g. envelhecimento demográfico ou desigualdades socioeconómicas), que podem ser colmatadas através de um novo uso do solo, preservando o simbolismo do passado –

no caso de o espaço ter um valor patrimonial ou sentimental – mas servindo as necessidades atuais.

No que diz respeito às ações desempenhadas pelos intervenientes da cidade de Tomar, as entidades sociais, culturais, desportivas e ambientais promovem a integração e inclusão social, a participação ativa ou o incremento da oferta de determinadas atividades que o poder local não tem capacidade de proporcionar. Algumas entidades desempenham o papel de embaixadoras da cidade ao nível nacional, através das suas actividades, como é o caso do Sporting Clube de Tomar, que disputa a primeira liga nacional de hóquei em patins.

Os meios de comunicação social local, além de prestarem um serviço informativo na cidade de Tomar, dão azo à participação pública e ao sentido crítico.

Verificam-se diversas parcerias entre entidades, como é o caso dos agrupamentos escolares e o Instituto Politécnico de Tomar – retenção de jovens alunos na cidade -, ou o IPT e a Câmara Municipal de Tomar – atração de empresas do grupo IBM -, o que representa um forte associativismo na cidade.

Os intervenientes políticos desempenham a função de intermediários entre a população e o poder local, sugerindo medidas com o intuito de melhorar o desempenho da autarquia, apesar de prevalecerem em alguns casos os diferendos e as quezílias político-partidárias.

Em suma, os vários intervenientes reconhecem as fragilidades vividas em Tomar, embora não seja reconhecido o encolhimento urbano como um fenómeno estrutural. Estes apontam o crescimento como principal objetivo a atingir no futuro, o que indica um saudosismo do passado industrial, bem como executar as políticas dos documentos e programas de carácter oficial, das diferentes escalas de implementação. Seguindo estas medidas políticas, fica por repensar e utilizar a cidade em encolhimento, abordagens que levariam a resolver problemas socioeconómicos nela existente.

Conclusão

O objetivo desta dissertação foi conhecer e interpretar a posição dos diversos intervenientes da cidade de Tomar face às políticas de cidade no contexto do encolhimento urbano. Usou-se um estudo de caso de escala local apesar da análise de políticas e medidas urbanas terem compreendido desde a escala comunitária até à escala da cidade, de modo a encontrar referências ao processo urbano aqui tratado.

A escolha do estudo de caso justificou-se por Tomar ser uma cidade em encolhimento, que sofreu um processo de desindustrialização e perda demográfica juntamente com o envelhecimento da população e emigração de jovens. O objetivo foi compreender como a sociedade local se posiciona face ao envelhecimento e o tipo de políticas que preconizam, pois na literatura começam a surgir referências à necessidade de se passar para uma nova geração de políticas que procure tirar partido do encolhimento urbano.

Os dados recolhidos mostram que a regressão demográfica e a perda de fulgor económico são entendidos pela sociedade local como um problema, ainda que não pareça haver uma consciência clara do encolhimento urbano como fenómeno estrutural. As questões económicas levantaram maiores críticas dos intervenientes face às ações do poder local porque prevalece uma visão onde o crescimento é a única via para retomar uma evolução positiva na cidade.

Existem outras questões urbanas (e.g. ambientais), onde não se verificaram tantas observações por parte das entidades. Isto pode demonstrar uma menor importância dada a estes tópicos, quando comparados com os problemas económicos.

Os atores entrevistados tendem a considerar que o poder local – Câmara Municipal de Tomar, liderada pelos representantes do Partido Socialista - tem feito mais esforços nas questões sociais e não tanto nas económicas, em especial na criação de emprego. Exceção nesta área é o turismo e o *marketing* territorial, onde é reconhecido o trabalho feito e alguns bons resultados obtidos.

Embora todos os intervenientes que foram abordados nas entrevistas durante o trabalho de campo tenham apontado características de uma cidade em encolhimento, estes desconhecem o conceito que foi estudo nesta dissertação. Isto representa o estigma criado em torno deste processo urbano e o esforço feito pelos intervenientes políticos na inversão da perda, tanto económica como demográfica.

Associado a esse estigma, as políticas e medidas têm visado o investimento como modo de combater as desigualdades territoriais. Apesar dos agentes políticos e outras entidades locais pretenderem “contrariar” o desinvestimento e declínio

económico, já existem medidas preconizadas para a “aceitação” do encolhimento urbano. Estas medidas são destinadas à reabilitação do edificado nas áreas desfavorecidas de Tomar para amenizar os efeitos negativos da perda de atratividade desses espaços urbanos.

De salientar a existência de entidades que apontam oportunidades inerentes ao processo urbano estudado, como modo de repensar a cidade e criar soluções que aumentam a qualidade de vida urbana, e dessa forma “utilizar” o encolhimento urbano. Isto significa que a qualidade de vida em Tomar não está dependente da densidade demográfica. A criação de novos serviços pode estimular o empreendedorismo local e originar novos usos do solo, em espaços até então vacantes. No entanto, esta posição é ainda minoritária e isolada.

Conclui-se que é necessário ultrapassar o estigma negativo deste processo urbano, explicando à população da cidade em que consiste o encolhimento, acabando com o *taboo* que em geral é influenciador nas escolhas de voto. Há que dar valor ao esforço recente da Câmara Municipal de Tomar no que diz respeito às questões socioeconómicas, existindo para tal iniciativas do poder local em trabalhar com os habitantes mais desfavorecidos.

Contudo, em Portugal as políticas urbanas continuam a estar focadas no crescimento e na reversão das tendências de encolhimento, através da aposta em medidas para “contrariar” esta tendência. As entrevistas aos atores locais de Tomar mostram que não está ainda criada uma cultura política local de “aceitação” ou até de “aproveitamento” das oportunidades criadas pelo encolhimento urbano, todos convergindo no suporte a modelos de desenvolvimento urbano e a medidas de política tradicionais, focadas no crescimento urbano.

Bibliografia

- Abrantes, P., Pimentel, D., Tenedório, J. (2010). Metropolitan Dynamics Typology of the Portuguese Urban System. *The Open Urban Studies Journal*, 3, 68-77.
- Alarcão, J. (1988). *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins, Publicações Europa-América, LDA.
- Alves, D., Barreira, A., Guimarães, M., Panagopoulos, T. (2016). Historical trajectories of currently shrinking Portuguese cities: A typology of urban shrinkage. *Cities*, 52, 20-29.
- Audirac, I. (2009). Urban Shrinkage Amid Fast Metropolitan Growth (Two Faces of Contemporary Urbanism). *The Future of Shrinking Cities: Problems, Patterns and Strategies of Urban Transformation in a Global Context*, 69-79. Berkeley, Institute of Urban and Regional Development Monograph Series.
- Barata Salgueiro, T. (1992). *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*. Porto, Edições Afrontamento.
- Barnham, C. (2015). Quantitative and qualitative research: Perceptual foundations. *International Journal of Market Research*, 57 (6), 837-854.
- Beauregard, R. (1993). Representing Urban Decline: Postwar Cities as Narrative Objects. *Urban Affairs Quarterly*, 29(2), 187-202.
- Bontje, M. (2001). Dealing with Deconcentration: Population Deconcentration and Planning Response in Polynucleated Urban Regions in North-west Europe. *Urban Studies*, 38(4), 769-785.
- Bontje, M. (2004). Facing the challenge of shrinking cities in East Germany: The case of Leipzig. *GeoJournal*, 61, 13-21.
- Bontje, M., Musterd, S. (2012). Understanding Shrinkage in European Regions. *Built Environment*. 38(2), 153-161.
- Borsdorf, A., Hidalgo, R. (2009). El crecimiento urbano en Europa: conceptos, tendencias y marco comparativo para el área metropolitana de Santiago de Chile. *Estudios Geograficos*, 70(266), 181-203.
- Cocks, M., Couch, C. (2012). The Governance of a Shrinking City: Housing Renewal in the Liverpool Conurbation, UK. *International Planning Studies*, 17 (3), 277-301.
- Comissão Europeia. (2014). *An Introduction to EU cohesion policy 2014-2020*. Disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/basic/basic_2014_en.pdf

- Comissão Europeia. (2017). *Europe 2020 Strategy*. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/european-semester/framework/europe-2020-strategy_e
- Cortese, C., Haase, A., Grossmann, K., Ticha, I. (2014). Governing Social Cohesion in Shrinking Cities: The Cases of Ostrava, Genoa and Leipzig. *European Planning Studies*, 22 (10), 2050-2066.
- Costa Rosa, J. (1991). Evolução da fisionomia urbana, arquitectónica e construtiva de Tomar. In J. Ferreira & J. Rosa (Ed.), *Tomar – Perspectivas* (pp.57-135). Tomar: A Gráfica de Tomar.
- Couch, C., Cocks, M. (2013). Housing Vacancy and the Shrinking City: Trends and Policies in the UK and the City of Liverpool. *Housing Studies*, 28 (3), 499-519.
- Couch, C., Karecha, J., Nuisl, H., Rink, D. (2005). Decline and Sprawl: An Evolving Type of Urban Deelopment – Observed in Liverpool and Leipzig. *European Planning Studies*, 13 (1), 119-136.
- DGT. (2006). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Programa de Ação*. Disponível em: http://pnpot.dgterritorio.pt/sites/default/files/PNPOT_Programa_de_Acao_0.pdf
- DGT. (2016). Habitat III - Relatório Nacional Portugal. Disponível em: <http://habitatiii.dgterritorio.pt/?q=content/relat%C3%B3rio-nacional>
- Domhardt, H. J., Troeger-Weiß, G. (2009). Germany's shrinkage on a small town scale. *The Future of Shrinking Cities: Problems, Patterns and Strategies of Urban Transformation in a Global Context*, 161-168. Berkeley, Institute of Urban and Regional Development Monograph Series.
- Florentin D., Fol S., Roth, H. (2009). La “Stadtschrumpfung” ou “rétrécissement urbain” en Allemagne: un champ de recherche emergent. *Revue européenne de géographie*. 445, 1-18.
- Frazier, A., Bagchi-Sen, S. (2015). Developing open space networks in shrinking cities. *Applied Geography*, 59, 1-9.
- Galego, I. (1999). *Medição do Declínio Urbano: Uma Aplicação às Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa*. (Tese de mestrado). Universidade do Porto. Portugal.
- Grossmann, K., Beauregard, R., Dewar, M., Haase, A. (2012). European and US perspectives on shrinking cities. *Urban Research & Practice*. 5 (3), 360-363.
- Grossmann, K., Bontje, M., Haase, A., Mykhnenko, V. (2013). Shrinking cities: Notes fot the further research agenda. *Cities*, 35, 221-225.
- Guimarães, M., Barreira, A., Panagopoulos, T. (2015). Shrinking Cities in Portugal – Where and Why. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 40, 23-41.

- Haase, A., Athanasopoulou, A., Rink, D. (2013a). Urban shrinkage as an emerging concern for European policymaking. *European Urban and Regional Studies*, 0 (0), 1-5.
- Haase, A., Bernt, M., Grossmann, K., Mykhnenko, V., Rink, D. (2013b). Varieties of shrinkage in European cities. *European Urban and Regional Studies*, 23 (1), 1-17.
- Haase, D., Haase, A., Kabisch, N., Kabisch, S., Rink, D. (2012). Actors and factors in land-use simulation: The challenge of urban shrinkage. *Environmental Modelling & Software*, 35, 92-103.
- Haase, A., Rink, D., Grossmann, K., Bernt, M., Mykhnenko, V. (2014). Conceptualizing urban shrinkage. *Environment and Planning*, 46, 1519-1534.
- Hirt, S. (2013). Whatever happened to the (post)socialist city?. *Cities*, 32, 529-538.
- Holland, B. (2015). Typologies of national urban policy: A theoretical analysis. *Cities*, 48, 125-129.
- Hollander, J. (2011). Can a City Successfully Shrink? Evidence from Survey Data on Neighborhood Quality. *Urban Affairs Review*, 47 (1), 129-141.
- Hollander, J.; Németh, J. (2011). The bounds of smart decline: a foundational theory for planning shrinking cities. *Housing Policy Debate*, 21 (3), 349-367.
- Hollander, J., Pallagst, K., Schwarz, T., Popper, F. (2009). Planning shrinking cities. *Progress in Planning*, 72, 223-232.
- Hospers, G. (2014). Policy Responses to Urban Shrinkage: From Growth Thinking to Civic Engagement. *European Planning Studies*, 22 (7), 1507-1523.
- Johnson, M., Hollander, J., Hallulli, A. (2014). Maintain, demolish, re-purpose: Policy design for vacant land management using decision models. *Cities*, 40, 151-162.
- Lang, T. (2012). Shrinkage, Metropolization and Peripheralization in East Germany. *European Planning Studies*, 20(10), 1747-1754.
- Lanzani, A. (2015). *Città territorio urbanistica tra crisi e contrazione*. Marsilio Editori.
- Lesthaeghe, R., van de Kaa, D. J. (1986). Two demographic transitions? In Lesthaeghe, R., van de Kaa, D. J. (Ed.), *Bevolking-Groei en Krimp, Mens en Maatschappij* (pp.9-24). Van Loghum Slaterus, Deventer, The Netherlands.
- Liebmann, H., Kuder, T. (2012). Pathways and Strategies of Urban Regeneration – Deindustrialized Cities in Eastern Germany. *European Planning Studies*. 20(7), 1155-1172.
- Lopes, M. L. (n.d.). Derrocada do “império” Mendes Godinho marca passado recente de Tomar. *Agência Lusa*. Acedido em: <http://www.30anoslusa.pt/derrocada-do-imperio-mendes-godinho-marca-passado-recente-tomar/>

- Martinez-Fernandez, C., Audirac, I., Fol, S., Sabot, E. (2012). Shrinking Cities: Urban Challenges of Globalization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 36 (2), 213-225.
- Martinez-Fernandez, C., Weyman, T., Fol, S., Audirac, I., Cunningham-Sabot, E., Wiechmann, T., Yahagi, H. (2016). Shrinking cities in Australia, Japan, Europe and the USA: From a global process to a local policy responses. *Progress in Planning*, 105, 1-48.
- Martinez-Fernandez, C., Wu, C-T. (2007). Shrinking cities in Australia. *Proceedings of the State of Australian Cities National Conference*, pp. 795-810. Sydney, Australian Sustainable Cities and Regions Network.
- Medeiros, C. (1987). *Introdução à Geografia de Portugal* (pp.201-224). Lisboa: Editorial Estampa.
- O fim anunciado das indústrias Mendes Godinho (2007, Fevereiro 21). Acedido em: <http://omirante.pt/semanario/2007-02-21/economia/2007-02-21-o-fim-anunciado-das-industrias-mendes-godinho>
- Oswalt, P., Rieniets, T. (2006). *Atlas of Shrinking Cities*. Ostfildern: Hatje Cantz Verlag.
- Paiva, A. (1997). *O PDM como instrumento de gestão autárquica: O caso de Tomar*. Tomar: O Templário.
- Panagopoulos, T., Barreira, A. (2013). Understanding the Shrinkage Phenomenon in Portugal. *WSEAS Transactions on Environment and Development*, 9 (1), 1-12.
- Portugal 2020. (2014). *Acordo de Parceria 2014-2020*. Disponível em: https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf
- QREN. (2007). *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013*. Disponível em: http://www.qren.pt/np4/file/663/1_QREN_Quadro_de_Refer_ncia_Estrat_gico_.pdf
- Radzimski, A. (2016). Changing policy responses to shrinkage: The case of dealing with housing vacancies in Eastern Germany. *Cities*, 50, 197-205.
- Reckien, D., Martinez-Fernandez, C. (2011). Why Do Cities Shrink?. *European Planning Studies*, 19(8), 1375-1397.
- Rink, D., Haase, A., Bernt, M., Grossmann, K. (2010). Addressing Urban Shrinkage Across Europe – Challenges and Prospects. *Shrink Smart Research Brief*, 1. Borsdorf, Helmholtz Centre for Environmental Research – UFZ, Leipzig.
- Rybczynski, W., Linneman, P. (1999). How to save our shrinking cities. *Public Interest*, 135, 30-44.
- Savini, F., Boterman, W., van Gent, W., Majoor, S. (2016). Amsterdam in the 21st century: Geography, housing, spatial development and politics. *Cities*, 52, 103-113.

- Sousa, S., Pinho, P. (2015). Planning for Shrinkage: Paradox or Paradigm. *European Planning Studies*, 23 (1), 12-32.
- Sousa, S., Pinho, P. (2014). Shrinkage in Portuguese National Policy and Regional Spatial Plans: Concern or Unspoken Word?. *Journal of Spatial and Organizational Dynamics*, Vol. II (4), 260-275.
- Turok, I., Mykhnenko, V. (2007). The trajectories of European cities, 1960-2005. *Cities*, 24 (3), 165-182.
- União Europeia. (2011). *Cohesion policy 2014-2020: Investing in Europe's regions*. Disponível em:
http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/panorama/pdf/mag40/mag40_en.pdf
- União Europeia. (2016). *Urban Agenda for the EU: Pact of Amsterdam*. Disponível em:
https://ec.europa.eu/futurium/en/system/files/ged/pact-of-amsterdam_en.pdf
- Van de Kaa, D. J. (1996). Anchored Narratives: The Story and Findings of Half a Century of Research into the Determinants of Fertility. *Population Studies*, 50 (3), 389-432.
- Wiechmann, T., Bontje, M. (2015). Responding to Tough Times: Policy and Planning Strategies in Shrinking Cities. *European Planning Studies*, 23 (1), 1-11.

Anexos

GUIÃO PARA ENTREVISTAS AOS INTERVENIENTES DA CIDADE DE TOMAR

ABRIL 2017

1. Como avalia a evolução da cidade de Tomar do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental ao longo das últimas décadas?
2. Considera que a cidade tem ganho população, perdido população, ou está estagnada?
3. A que se deve essa evolução?
4. Que consequências tem essa evolução demográfica do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental (consequências negativas e positivas)?
5. O que as autoridades têm feito para fazer face a essa evolução?
6. Como avalia as políticas desenvolvidas?
7. Que medidas considera que deviam ser desenvolvidas para lidar com essa evolução?
8. O que a sua instituição tem feito e o que pode fazer?
9. Que oportunidades/ameaças considera que Tomar tem no contexto regional e nacional e como perspectiva o futuro?

Questões extra Associações Locais:

1. Quantos sócios/beneficiários/utilizadores/praticantes tem a associação? O número de sócios tem sido constante?
2. Quais são as fontes de rendimento? Tem alguma parceria com a Câmara?
3. Vê a cooperação regional ou municipal uma vantagem para a sua associação e para Tomar?

Questões extra Associações Industriais:

1. Ter uma empresa/indústria em Tomar é proveitoso?
2. O que tem sido feito ou pode ser melhorado para criar maior ligação entre o ensino/investigação e as indústrias de Tomar?
3. A cooperação intermunicipal tem beneficiado a cidade de Tomar?

Questões extra Agências Imobiliárias:

1. Existe muita procura de habitação na cidade? Que faixas etárias procuram habitação na cidade?
2. O valor do solo é elevado ou reduzido?

3. Existe muita oferta de habitação? Qual é a tendência de preços?

Questões extra Associação Estudantes Instituto Politécnico de Tomar:

1. O que tem sido feito ou pode ser melhorado para criar maior ligação entre o ensino/investigação e as indústrias de Tomar?
2. Existe oferta nas áreas leccionadas no IPT, aqui na cidade?
3. Qual a origem dos alunos no IPT?

Questões extra Instituto Politécnico de Tomar:

1. Como avalia a oferta de infraestruturas de educação superior na cidade de Tomar? Quais são as apostas de futuro?
2. A manutenção das infraestruturas de educação é comportável?
3. O que tem sido feito ou pode ser melhorado para criar maior ligação entre o ensino/investigação e as indústrias de Tomar?
4. Qual a origem dos alunos no IPT?
5. Existem parcerias com empresas locais para estágios e oferta de emprego após o término dos cursos?
6. Existem parcerias com a Câmara Municipal de Tomar e Associações Locais para essas mesmas iniciativas?

Questões extra Agrupamentos Escolares:

1. Qual a tendência no número de alunos no agrupamento?
2. Qual a origem (residência) desses alunos?
3. Como avalia a oferta de infraestruturas de educação (até ao secundário) na cidade de Tomar? Quais são as apostas de futuro?
4. A cidade oferece boa qualidade de vida e empregabilidade para as gerações futuras?
5. A manutenção das infraestruturas de educação é comportável?
6. O que tem sido feito ou pode ser melhorado para criar maior ligação entre o ensino/investigação e as indústrias de Tomar?

Questões extra Centro de Saúde e Hospitalar:

1. O Centro de Saúde tem uma oferta capaz de suprimir as necessidades da população da cidade de Tomar?
2. A manutenção das infraestruturas de saúde é comportável?
3. A oferta de infraestruturas de saúde é suficiente?
4. A manutenção é comportável?
5. Quais as faixas etárias de utilizadores predominantes? Que problemas surgem daí?

Questões extra Convento de Cristo:

1. Que papel desempenha o turismo na cidade?
2. Qual a tendência no número de visitantes ao Convento de Cristo?

Questões extra Presidente de Câmara:

1. No Regulamento do PDM (2009) em que consiste um crescimento socioeconómico equilibrado? Quais são os objectivos a atingir?
2. De que forma a CMT pretende utilizar os espaços de forma racional?
3. Os espaços urbanos de nível I serão sujeitos a uma revitalização social e funcional, não poderá isso trazer o risco de gentrificação?

4. Os equipamentos colectivos foram/vão procurar resolver a falta de infraestruturas para toda a população ou já há uma tendência em mente?
5. A população da cidade de Tomar é participativa?

Questões extra Vereadora do Pelouro Desenv. Económico:

1. O que fazer para tornar a cidade de Tomar mais atrativa (investimento local, inovação)?

Questões extra Vereador do Pelouro Economia Local:

1. O que fazer para tornar a cidade de Tomar mais atrativa (investimento local, inovação)?
2. A população da cidade de Tomar é participativa?
3. Como encara o papel do Convento de Cristo na cidade de Tomar? Poderia a cidade utilizar ainda mais esse ícone?

Questões extra Vereador do Pelouro Unidade de Intervenção Social e Educação:

1. O que fazer para tornar a cidade de Tomar mais atrativa (educação, população)?
2. A população da cidade de Tomar é participativa?
3. O que tem sido feito ou pode ser melhorado para criar maior ligação entre o ensino/investigação e as indústrias de Tomar?
4. O que tem feito a CMT para melhorar a coesão social?

Questões extra Vereador do Pelouro Divisão de Gestão do Território:

1. O que fazer para tornar a cidade de Tomar mais atrativa?
2. A população da cidade de Tomar é participativa?
3. O que tem feito a CMT para melhorar a coesão social?
4. No Regulamento do PDM (2009) em que consiste um crescimento socioeconómico equilibrado? Quais são os objectivos a atingir?
5. De que forma a CMT pretende utilizar os espaços de forma racional?
6. Os espaços urbanos de nível I serão sujeitos a uma revitalização social e funcional, não poderá isso trazer o risco de gentrificação?
7. Os equipamentos colectivos foram/vão procurar resolver a falta de infraestruturas para toda a população ou já há uma tendência em mente?
8. De que maneira a cidade de Tomar prepara o espaço urbano para o envelhecimento da população?